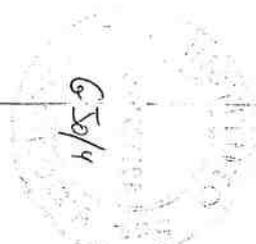


MEMÓRIA E SOCIEDADE



(AM = G 50/4)



José Moura Gonçalves Filho

Este texto comproudo procurou manter o estilo simples que caracterizou sua apresentação oral. Serve como subsídio para os militantes e como estímulo para estudos mais aprofundados. De resto, indico desde já outros textos fundamentais de que este é um herdeiro menor.

Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade — lembranças de velhos*.

Ed. T.A. Queiroz, 1979, São Paulo.

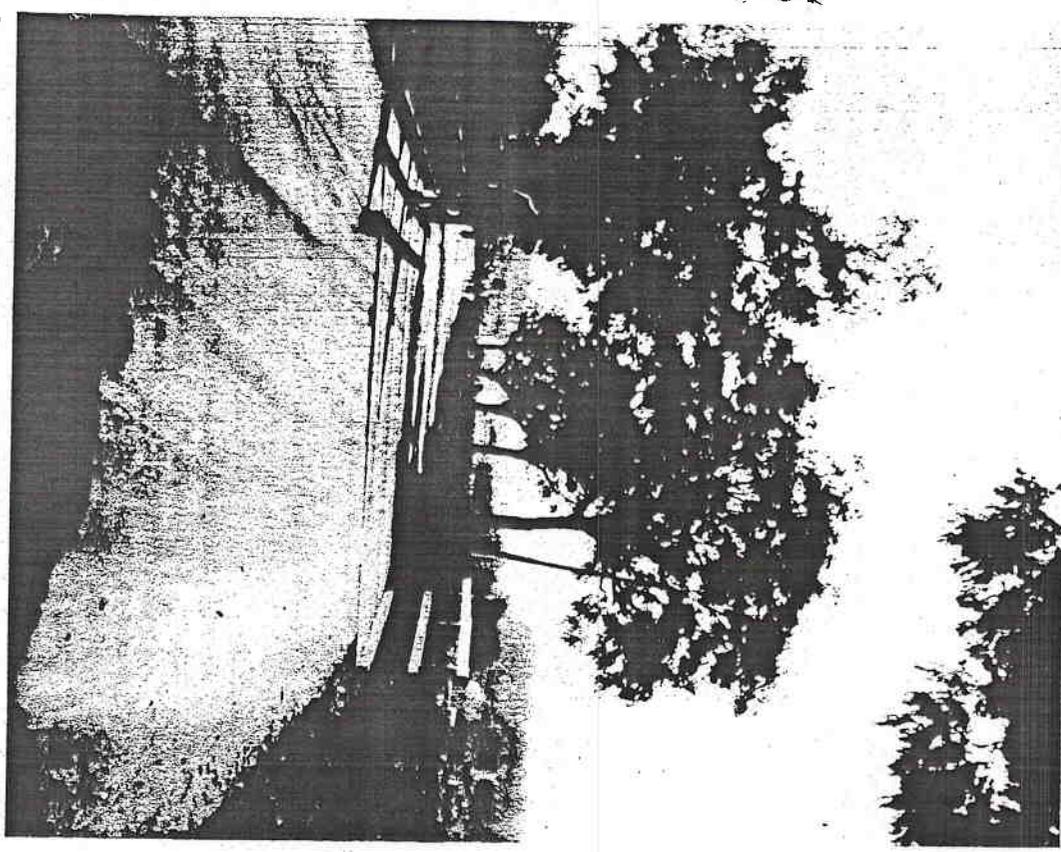
Lucien Goldmann, "A Reificação" em *Dialética e Cultura*.

Ed. Paz e Terra, 1979, Rio de Janeiro.

Simone Weil, *A condição operária e outros estudos sobre a*

opressão.

Ed. Paz e Terra, 1979, Rio de Janeiro.



Ponte da Avenida Sta. Marina — Freguesia do Ó — 1920.
Arquivo de Negativos DIM DPH — Acervo DPH.

INTRODUÇÃO

Quero agradecer o convite que me foi feito pelo pessoal do Patrimônio Histórico para participar deste curso: tão significativo, imágino, para quem vem trabalhando a sério com a questão da memória em São Paulo.

O caminho de reflexão que gostaria de percorrer é longo, vaivém, feito de atalhos, algumas paradas, quase como caminho de Chapuzinho Vermelho à casa da Avó: em alguns trechos vamos nos deparar com o lobo; noutros, com o companheiro caçador. Para que não nos percamos nos detalhes do caminho, seria bom começarmos por uma visão muito geral do percurso.

Vou partir de uma idéia orientadora, que é a seguinte: nós somos seres que vivem de participação e de qualidades. Em geral, quando se trata de sobrevivência humana, é sempre evidente considerar que dependemos de comida, de bens vitais. Mas nem sempre é evidente o fato de que a sobrevivência humana é profundamente dependente da possibilidade de participar da vida da cidade, da vida do trabalho, da vida de casa; como também é profundamente dependente da possibilidade de relacionamento com qualidades, com significados, com o interior das coisas, das pessoas, dos ambientes, das paisagens.

Somos seres fundamentalmente necessitados de participação e de qualidades. Justamente por isso, quando somos historicamente obrigados a viver numa cidade que fere nossa capacidade de participação (porque nos põe em situações de humilhação no trabalho, por exemplo) e também fere a nossa capacidade de nos relacionarmos qualitativamente com as coisas e com as pessoas (porque o sentido das coisas e dos laços sociais vão sendo reduzidos a valores meramente econômicos), nesses contextos tão adversos à participação, nesses contextos de desqualificação, morremos um pouco, se não morremos completamente, mesmo tendo às vezes o que comer.

A nossa situação é tensa nas sociedades que humilham e desqualificam a vida.

A memória, pelo contrário, pode ser compreendida e experimentada como um esforço que age contra a corrente. A memória pode despertar a dignidade e o ânimo contra a humilhação. A memória pode buscar valores qualitativos das coisas e das pessoas contra a desqualificação. Desse modo, a memória pode nos devolver a relação profunda com a experiência humana. A memória pode ser um apoio extremamente decisivo para a construção da identidade, para o estabelecimento de uma posição no mundo acerca de quem sou eu, de onde venho e acerca do que desejo e amo. A memória pode fazer ver faces do mundo que a época tende a encobrir. Muito importante e indispensável é o trabalho da memória em nossas vidas. Por isso, importa a gente se reunir, como hoje, para nos alertarmos mutuamente sobre isso.

O caminho, então, vai ser mais ou menos este: 1. Necessitamos profundamente de qualidades e de participação; 2. Estamos numa situação de tensão quanto a estas necessidades, porque frequentemente nas Sociedades de Mercado vivemos experiências de desqualificação e de humilhação; 3. Há esperança de que a memória possa realizar trabalhos que venham contra a corrente do Mercado.

QUALIDADES

Uma lembrança é convivência com o passado. Longa convivência. O passado se apresenta aos poucos, quase como uma pessoa se apresenta.

Sabemos o quanto a convivência com alguém pode tornar-se marcante. Especialmente quando esta pessoa tem um jeito de ser que lhe é muito próprio, difícil de encontrar noutra parte. Perto de pessoa assim, sempre fazemos uma experiência intrigante: "Como pode? Ela é gente como toda a gente e, no entanto, quando a encontro, eu a reconheço no singular, naquilo que é só dela".

A vida de todos nós é feita de pessoas assim. Não são muitas. Mas são pessoas que fazem sentir que têm um interior: são herdeiras de um mundo (pessoal e social) como cada um de nós o é, mas ao mesmo tempo são *relativamente independentes* desta herança.

Tenho uma amiga. Pessoa muito estimulante e desconcertante. Não tem meias-palavras, fala o que sente quase sem hesitação. Não acha que seus sentimentos sempre revelam quem são os outros — não, ela sabe que muitas vezes se engana. Mas nunca disfarça o que sente. Já a vi ferindo pessoas por causa disso: quem nunca viveu tanta sinceridade chega a chorar feio com ela. Ela às vezes é desagradável e impaciente. Noutras vezes, ainda por causa desse seu jeito, já a vi acordar sem querer o espírito de muita gente. Uma vez disse a um rapaz: "Você é muito pessoal. Até parece que poderia falar sobre qualquer coisa sem que a gente nunca soubesse o que você ama na vida, de que coisas nunca abriria mão. Você parece ligado a nada e a ninguém. (...)". Coitado do rapaz! Sei como se sentiu naquele dia. Encontrei o moço recentemente: estava mudado e, acreditam se quiserem, lembrou com gratidão as palavras desagradáveis da amiga.

Ela é o tipo de pessoa com quem pode acontecer de a gente telefonar e ouvi-la dizer: "Não estou com vontade de falar," com simplicidade e com liberdade. "Não estou com vontade de falar." Então,

se soubermos também ser simples, dizemos "até logo" e tratamos de fazer outra coisa.

Não é fácil conviver com ela: cria um estado de sinceridade que nem sempre é suportável. E é verdade que para ela é mais fácil a palavra dura do que a palavra doce: sabe ser afetuosa, mas sente um pouco de vergonha nisso.

A convivência vai ensinando a amizade por ela; quem é seu amigo consegue dizer que ela é especial, que é única, que se cresce a seu lado, e também que ninguém precisa ser como ela é. Tudo vira amor.

A convivência com o passado, através de uma lembrança, tem o estilo da convivência com alguém. Não é fácil e pede tempo. Pede insistência: paciência e desejo.

Falei dessa moça, mas era outra coisa que eu pretendia dizer sobre ela: tem uma mania estranha e curiosa. Quando saímos com ela, pode acontecer de se deter numa conversa com gente que nunca imaginei conversar como ela conversa.

Há uns anos, fomos ao cinema: eu, ela, o seu irmão e uma amiga nossa. Na saída: "Onde está tua irmã?" Lá estava ela, conversando com o pipoqueiro. Tinha ido comprar pipoca.

Todo mundo sabe como é conversa de comprador com vendedor:

- Quanto custa?
- Ai no aviso: Cr\$ 100,00
- Ihi é caroi!
- Vai levar ou não?
- Tá bom, me dê duas, vai.

A conversa gira em torno de um tema econômico: ele não é tanto um pipoqueiro para mim (alguém que sabe fazer pipoca!); ainda menos é alguém que deve ter um nome (qual?) e morar em algum lugar (onde?); antes de mais nada, é um vendedor de mercadoria que custa Cr\$ 100,00. E eu, para ele, antes de mais nada, sou um comprador que reclama do preço. Se sou moço, criança ou velho, homem ou mulher, se comer pipoca me faz lembrar a infância, que interessa? "Vai levar ou não a mercadoria?"

Mas a conversa que, de longe, via-se rolar ali entre o pipoqueiro e aquela moça... podia parecer qualquer coisa, menos uma conversa comercial. Ela punha as mãos sobre o rosto, como quem ouve. Ele falava calmo, gesticulando: baixou a cabeça enquanto dizia algo, parecendo meio triste; noutra instante, falava com o rosto iluminado e sorrindo, via-se o brilho dos dentes.

Enquanto isso, os outros três, de longe: nós nos entreolhávamos. Havia passado uns quinze minutos: "Puxa, mas leva dez segundos

comprar um saquinho de pipocas!’ ‘Vira-se o irmão dela, irritado: ‘Na Praça da Sé, outro dia, quando parou meia hora para conversar com um mendigo velho. E ontem, ela perguntou a uma ascensorista, des-sas que passam o dia todo entre as quatro paredes de um elevador, subindo e descendo, apertando botões: ‘Você acredita em Deus? Não te dá arrepios pensar em Deus e lembrar que você passa os dias neste cubículo sem sol?’ ‘Tive um acesso de riso, afilto: a imaginação daquelas perguntas tão estranhas, desconcertantes, tão inesperadas. Minha amiga e a ascensorista numa conversa tensa. Comecei a rir. Mas de repente parei. E achei aquilo uma coisa linda. Diz o Guimarães Rosa que tudo o que é bonito, é absurdo.

Ela finalmente voltou e atendeu nosso pedido de contar a conversa com o pipoqueiro. Tudo havia começado com a pergunta: ‘Como é que você consegue trazer esse carrinho até aqui?’ E o pipoqueiro ficou surpreso: ninguém imagina que aquilo pesa e que ele vem ar-rastando de casa. E a conversa foi: ‘‘Onde você mora?’’, ‘‘Nossa! É longe!’’, ‘‘Como foi que você virou pipoqueiro?’’. E foi indo.

Ele respondia, achando esquisito, mas com todo interesse. E nunca mais esqueço quando se despediram: vi o pipoqueiro estendendo a mão para ela — gesto que não é habitual no comércio. Aquela pipoca, naquela noite, teve um sabor especial. Nunca mais conseguí cruzar um pipoqueiro com indiferença. Vejo um e não consigo mais deixar de lembrar aquela noite e de pensar: e esse? quem será? como se chama? onde será que mora? Nunca mais a visão de um pipoqueiro foi a mesma. Uma lembrança faz isso com a gente: altera radicalmente o valor do presente. Fica impossível encontrar o presente sem a inspi-ração do passado; ou às vezes, sem a perturbação do passado.

II

Uma pessoa deixa lembrança. E a lembrança age dentro de nós como uma pessoa.

Uma coisa também pode deixar lembrança. Vejam só: uma coisa se parece com outras coisas, mas pode destacar-se deste parentes-co indiferenciado e tornar-se única para nós.

Por exemplo, quando é possível dar-se conta de que um objeto é o resultado concreto operado por mãos humanas, já algo parece alterar-se na percepção que temos dele. Através de um esforço de aten-ção, vemos a participação de um estilo e de uma técnica humana nas linhas do material.

Há objetos, entretanto, fabricados de modo mecânico e homo-gêneo, objetos fabricados de modo febril e repetitivo. Nestes objetos fica difícil ou impossível reconhecer a participação de seus produto-

ras. O próprio trabalhador, impedido de participar (pelo pensamento e pelo sentimento) de sua ação, não se reconhece neles.

Objetos fabricados para logo serem descartados, objetos cuja du-ração entre nós mal supera o tempo necessário para a sua fabrica-ção, são objetos que não pedem atenção alguma.

Uma colher de pau é tão parecida com outras colheres de pau. Mas uma falha que lhe altera a aparência, sem inutilizá-la, já é sufi-ciente para destacá-la de sua homogeneidade com objetos de mes-ma utilidade. Ou ainda...

Quando era criança conheci uma senhora. Preta, gorda, Dona Noê-mia. Gargalhava uma risada estridente... e logo cortava, toda encabu-lada. Falava com voz naturalmente impostada, boa para o jazz. Mas não era cantora. Era cozinheira. Quando entrava na cozinha de uma pensão de estudantes, onde trabalhava e onde era tratada com admiração, sabem o que dizia? Ela dizia: ‘‘Minha cozinhal!’’ E nem era dela a cozinha — pertencia à Universidade de São Paulo (era uma casa es-tudantil no Campus de Ribeirão Preto).

Diziam que D. Noêmia tinha mãos de fada. Era verdade. Frango virava ‘‘peru de natal!’’ nas mãos dela! E havia uma colher de pau que sempre carregava consigo (esta era mesmo dela). A colher tinha uma rachadura na concha e o cabo já brilhava de tanto contato com suas mãos. Aquela brilho *qualificava* a colher de pau: era a colher de D. Noê-mia. O brilho vinha da oleosidade das mãos. Tinha gente que, encan-tada, dizia: é o brilho da fada, é o brilho que suas mãos vão deixando em tudo que tocam. Naquele objeto gasto, velho, com brilho humano, apreciavam os dons de D. Noêmia. Tinha gente que abre o apetite só de olhar para a colher, mesmo com a cozinha vazia. Era uma colher cheia de mistérios: uma colher de condão. No brilho, todo mundo enxergava os talentos de D. Noêmia. E era bonito olhar para aquela co-lher, mesmo sem estar com fome.

Em Psicologia Social, costuma-se dizer que tudo o que tem uma memória, uma história, tem um valor concreto, tem um interior, *tem uma qualidade*. A *qualidade* é o que singulariza as coisas e cria uma atmosfera de significados à sua volta. Os objetos tornam-se ex-pressivos.

Convivemos com objetos que, se resistem ao nosso uso, enve-lhecem conosco, incorporam-se a nossa vida e tomam traços desta longa convivência. Vejam o que escreve Ecléa Bosi: ‘‘Cada um des-ses objetos representa uma experiência vivida. Penetrar na casa em que estão é conhecer as aventuras afetivas de seus moradores. Daí vem a timidez que sentimos ao entrarmos em certos quartos em que os objetos nos revelam quem é o seu dono.’’ Nas lembranças dos ve-

Ihos, diz Ecléa, pode aflorar a saudade de um objeto perdido de valor inestimável que, se fosse encontrado, traria de volta alguma qualidade da infância ou da juventude que se perdeu com ele.

III

A história, social e pessoal, pode qualificar as coisas, os objetos, os lugares da casa, os lugares de um bairro. Até mesmo a natureza vibra memória. Certa vez, Fernando Pessoa escreveu sobre o Tejo, grande rio que atravessa Portugal:

“O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia

Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.

O Tejo tem grandes navios
E navega nele ainda,
Para aqueles que vêem em tudo o que lá não está,
A memória das naus.

O Tejo desce de Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe disso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso, porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia.

O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.”

O Tejo e um rio de aldeia.

A memória do Tejo se confunde com a memória de Portugal. O Tejo, coisa da natureza, impregnada por valores coletivos e grandiloquentes.

A memória do rio de aldeia se confunde com a memória do mundo, memória mais pessoal mas não menos social de Fernando Pessoa. O Tejo e um rio de aldeia. Dois fenômenos da natureza. Duas memórias. Duas coisas que comportam uma atmosfera e que convidam a experiências diferentes. Pelo Tejo encontramos a história de uma nação. Pelo rio de sua aldeia, Fernando Pessoa vai ao passado que pertence a menos gente. Ao pé do rio de aldeia não se pensa no mundo: o amor faz silêncio.

Diz Adélia Prado, uma escritora mineira:
“Um trem de ferro é uma coisa mecânica.

Mas atravessa a noite,
a madrugada,
atravessa o dia.
Atravessou minha vida,
virou só sentimento”.

IV

O brilho de uma pessoa, de um objeto, de um lugar, só desperta a memória enquanto é possível conviver com esta pessoa, com este objeto, com este lugar. A convivência é lenta. O mercado, o comércio, a indústria são frenéticos. Vivemos de qualidades. O Mercado vive de preços.

As coisas do Mundo, como qualidades, como valores de uso, são valores concretos, estritamente vinculados às necessidades do coração humano. Temos fome de pão e de significados.

Quando são atraídas para o Mercado, as coisas tornam-se valores econômicos, valores abstratos. Não valem mais como qualidades. Valem apenas pela sua capacidade de gerar rendimentos. Tornam-se mercadorias: uma mercadoria é medida pelo custo social de sua produção, expresso variavelmente na forma de preços. O Mercado é interesseiro e põe entre parênteses as qualidades dos bens produzidos pelo trabalho humano. Nas sociedades do grande Mercado, o motivo consciente que impulsiona os homens a empregar seu trabalho na produção de bens é sobretudo o valor de troca das mercadorias e, apenas secundariamente, seu valor de uso.

Um fabricante não quer saber se suas mercadorias são boas, mas se são vendáveis: as qualidades da mercadoria só interessam na medida em que facilitam ou dificultam a venda. O consumidor, por sua vez, deve pensar no preço que pode pagar, mais do que naquilo de que tem necessidade.

Como valores de troca, as mercadorias valem independentemente de suas qualidades concretas, que distinguiriam umas das outras: Cr\$ 2.000,00 de um livro valem os mesmos Cr\$ 2.000,00 de oito balas

de revêlver. Como valores concretos, dois objetos nunca se equivalem: um livro será sempre diferente de uma arma. Quando dois bens são comparados numa troca mercantil, são reduzidos a uma equivalência abstrata: será possível dizer que 5 gramas de caviar valem dez quilos de feijão, porque o preço do caviar é superior ao preço do feijão. Mas nós sabemos que, na mesa do brasileiro, o feijão é mais fundamental que caviar.

Lucien Goldmann, um pensador francês, insiste em que a produção industrial baseada no fator puramente quantitativo dos valores mercantis tende a fechar progressivamente nossa compreensão para os elementos qualitativos das coisas. A sensibilidade para estes elementos torna-se cada vez mais um privilégio das mulheres, das crianças e dos poetas, enquanto estes indivíduos se mantiverem relativamente afastados das atrações diretas do mercado.

As coisas nem sempre foram assim. Conta-nos Hamilton Monteiro* que na Europa Centro-Occidental houve retração das atividades comerciais entre os séculos VI e IX. A partir dos séculos X e XI há considerável desenvolvimento urbano e mercantil. Mas a produção de valores de uso seguiu predominando sobre as trocas comerciais (estas concentradas apenas em torno de bens excedentes).

Assim sendo, durante a Idade Média, a economia se realizava em territórios limitados, onde os indivíduos reconheciam entre si certos laços políticos, sociais, religiosos... Os homens produziam bens para seu próprio consumo e para o consumo dos demais membros do território.

A produção dos bens e sua distribuição eram feitas de modo muitas vezes iníquo, segundo privilégios extremamente desiguais. Os Feudos medievais, por exemplo, eram apoiados na servidão de camponeses (foi a forma de trabalho que predominou na Idade Média, embora em algumas regiões houvesse comunidades camponesas que ofereceram resistência e conquistaram condições de vida menos submissas). O senhor feudal dividia sua terra em parcelas — retinha a maior parte delas e entregava o restante a camponeses para lavrá-las em seu próprio benefício, mas sob condições servis: deviam tributos ao senhor, pagos em produtos (parte de sua colheita, aves, pequenos animais, mel, ovos, objetos de madeira, peças tecidas de linho ou lã, sementes, armas, etc...) e em dinheiro (dependendo da época ou lugar, o dinheiro era ou não utilizado). Deviam também a *CORVEIA*: serviços e trabalhos gratuitos nas terras retidas pelo senhor feudal, alguns dias de toda semana e utilizando seus próprios instrumentos. Sobre os cam-

poneses recata portanto toda produção de alimentos, utensílios e instrumentos, necessários à família dos servos e às famílias nobres.

Dirá Lucien Goldmann: "No entanto, em todas as formas sociais pré-capitalistas o motivo consciente que impelle os homens a empregar seu trabalho na produção de certos bens, ou a obrigar outros homens a fazê-lo, é seu valor de uso, a diversidade múltipla dos objetos produzidos que lhes permitem satisfazer as necessidades humanas. Não há dúvida de que a ordem social da maioria das sociedades do passado se baseava na opressão brutal, nos privilégios de uma pequena minoria e na exploração de grande número de trabalhadores. Através dessa opressão e dessa injustiça, porém, sempre se estabelecia mais ou menos claramente uma relação real e consciente entre os produtores e o valor de uso dos bens produzidos".

OBSERVAÇÃO: A própria exploração é mais visível enquanto o trabalho não foi ainda reduzido a mercadoria, em troca de salário: quando Marx comparou o trabalho feudal ao trabalho assalariado, observou que nos feudos era possível distinguir sensível e palpavelmente o trabalho camponês para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor, enquanto na fábrica o salário esconde a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente, entre trabalho pago e trabalho não pago. O operário crê que o salário paga o seu trabalho, quando na verdade o salário (alto ou baixo) paga sempre apenas pequena parte do trabalho — o restante é acumulado pelo capitalista.

As Sociedades do Grande Mercado (sociedades em que a atividade mercantil se tornou a atividade social dominante) afirmaram-se na Europa apenas do século XV ao XVII, com o que chamaram de revolução comercial, e nos séculos XIX e XX com a revolução industrial. Nestas sociedades, o que passa a fundamentar a produção e a distribuição de bens não é mais sua capacidade em satisfazer de modo efetivo e suficiente as necessidades humanas. Tudo se altera:

* um produtor europeu poderá trabalhar com matérias-primas vindas do outro lado do mundo e poderá vender seu produto, através de intermediários, a distâncias praticamente ilimitadas;

* quem vende não saberá mais para quem vende, a não ser que se trata de um comprador: os homens vão tendendo a se reconhecer no mercado apenas como "compradores" e "vendedores", escapando para a consciência qualquer outra qualidade social;

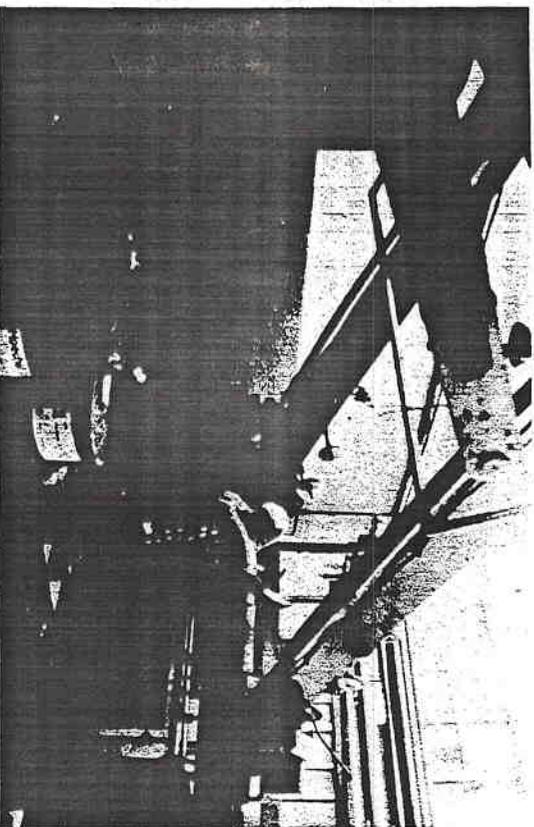
* ocorre que os homens passam a produzir para a venda, para o mercado, mais do que para atender necessidades sociais, mesmo porque estas necessidades se tornam cada vez menos perceptíveis. Nunca um produtor sabe quem precisa do seu trabalho e quanto pre-

* *O Feudalismo: Economia e Sociedade* (da Série Princípios), São Paulo, Editora Ática, 1987.

* *Por que os preços sobem no Brasil — uma explicação para o povo*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.

cisa: seu comportamento segue os indicadores de mercado e não os indicadores sociais. Se um produto tem saída no mercado, atrai produtores, mesmo que os homens tenham necessidades mais urgentes de outros produtos.

Ricardo Bueno* mostra o que aconteceu no Brasil, em fins da década de 70 e inícios da seguinte. Os preços de arroz e do feijão elevaram-se brutalmente. Faltava arroz e feijão. Passamos a importá-los: passamos a importar dois produtos tipicamente brasileiros! E por quê?



Projeto Memória Fabril e Processo de Trabalho
Tocelão Aposentado reencontra seu antigo espaço de trabalho
Vicunha Tatuapé — Equipe de História Oral do DPH — 1991

Ocorreu que os produtores agrícolas e o Governo, orientados pelos sinais do mercado internacional, descobriram que era extremamente rentável a exportação da soja. Os médios e grandes produtores favoreceram pelos tecnocratas do Governo com créditos financeiros e juros de pai para filho (15% ao ano). Podiam comprar fertilizantes e tratores sem dificuldades tributárias.

Tornamo-nos o 2.º exportador mundial de soja, perdendo apenas para os Estados Unidos. As indústrias de soja acumularam fabulosos lucros: um milagre brasileiro. Entretanto, houve ruína de milhares de pequenos produtores de feijão e outros produtos voltados para o abastecimento da população brasileira: empobreceram, venderam suas terras a preços irrisórios ou foram expulsos delas. Houve concentração

de terras nas mãos de grandes produtores de soja. Esta "maravilha" econômica afastou o feijão da mesa do pequeno e médio consumidor. O país deixa de controlar a economia e passa a ser controlado por ela.

V

Somos seres de desejo e não sobretudo de consumo, e no entanto a Sociedade Industrial vem progressivamente nos ensinando a reduzir desejo a consumo. O consumo é uma forma baixa de desejo: forma em que o desejo mais se aproxima de uma necessidade orgânica. Uma necessidade orgânica, como a fome, como se comporta? Para obter satisfação, tem de destruir seu objeto. Tenho fome. Eis uma maçã... Nhact!!! Não há mais maçã alguma. Na necessidade orgânica, a existência de objeto é suprimida. O consumo implica esta supressão.

Mas o desejo é uma espécie de satisfação que, ao invés de suprimir, supõe a presença do objeto e sua insistência. Como na Arte: um objeto de arte é tanto mais artístico quanto mais ele resiste à nossa pressão consumista. Quanto menos ele se presta a qualquer eliminação consumista, mais artístico ele é. Trata-se de um objeto humano por excelência porque é um objeto de desejo por excelência.

Nas Sociedades de Massa a tendência é o desejo se comportar como uma necessidade orgânica. O consumidor tem pressa. É ávido. Não se detém. Enquanto o desejo, nas suas formas intensas e altas, é paciência. O desejo se demora na presença das coisas. O consumo, pelo contrário, dispensa tudo aquilo que não lhe oferece prazeres rápidos e distração. Uma vez perguntaram a Federico Fellini, cineasta italiano, se lhe agradava a exibição de seus filmes na televisão. E ele, que em princípio não tem posição de combate à televisão, foi categórico: "Não me agrada". Mas por quê? Fellini então lembrou o tempo em que, no interior da Itália, a chegada de uma fita de cinema era pressentida com reverência e com alegria, com desejo e com hesitação. Toda a gente se vestia festivamente para a sessão e caminhava para o cinema em romarias espontâneas. Tudo era lento. Os relógios paravam. E os olhos punham-se a ruminar imagens. A televisão pode enfraquecer a potência ruminante do olhar: se as imagens resistem a nós, se não se oferecem imediatamente à nossa satisfação, à nossa necessidade de distração, pode-se mudar o canal. Com isso cancela-se a distância entre nós e o objeto, distância que precisa ser lenta e penosamente atravessada. Muda-se o canal e vai-se em busca de imagens mais imediatas, imagens de mais fácil digestão.

A pensadora política, Hanna Arendt*, costuma dizer que há algo de seriamente decadente na cultura quando tão naturalmente nos ha-

* "A crise na cultura: sua importância social e política" em *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo, Perspectiva, 1988.

bituamos a ajustar o desejo às medidas do metabolismo orgânico, às medidas do consumo. Nesse caso, os objetos de cultura tendem a valer apenas enquanto sejam distrativos e colaborem na reposição de energia gasta. Objetos deglutíveis, sem mistério, sem interioridade, sem resistência, sem presença, sem história, sem memória.

Mas existe outro modo pelo qual também cai nossa capacidade de relacionamento com a memória das coisas, com a memória das imagens. Germinou nas Sociedades do Grande Mercado sua ideologia mais conveniente e a mais celebrada: a ideologia do progresso, a ideologia do progresso *industrial*. A defesa apaixonada do avanço industrial leva-nos precipitadamente a confundir passado e atraso.

O Professor Fernando Peres (da Universidade Federal da Bahia), quando investigou as circunstâncias que conduziram, no início do século, à demolição da famosa Sé Velha de Salvador e de outros trechos da cidade, relatou-nos um episódio chocante.

A preparação de um estado de ânimo favorável às reformas progressistas leva o Jornal de Notícias de Salvador a realizar uma enquete... com preenchimento de um cupom no qual deveriam os leitores apontar três itens em resposta à pergunta: "De que é que mais precisa a cidade?"

E diziam os redatores do Jornal com o exagero peculiar aos "progressistas":

"A velha cidade de Thomé de Souza, longos anos parada, quase desde o tempo do fundador, sente agora o movimento das reformas.

"Nuitíssimas coisas lhe faltam em todos os terrenos. E como não é possível fazer tudo numa assentada, vem oportuna a pergunta que o Jornal de Notícias dirige a seus leitores:

"De que é que mais precisa a cidade?"

As respostas chegaram:

- Higiene nas ruas
- Saneamento geral e estético
- Avenidas
- Civilização
- Ruas bem calçadas
- Supressão de vielas
- Derrubar o imundo Teatro S. João
- Ruas largas e iluminadas
- Tudo quanto precisa uma cidade moderna
- Ser uma cidade e não uma roça
- Fazer de cada batina uma farda, de cada igreja uma escola
- Avenidas, calçamentos, edifícios

- Progresso
- Conquistar as cidades civilizadas
- Transformar-se de vasto cemitério em jovial cidade.

Vejam que, nestas sugestões, o passado está rigidamente identificado com o ultrapassado, com o obsoleto, o primitivo, com o imundo. Desse modo, o lugar da memória torna-se bastante desprestigiado: lembrar o quê? o atraso? As vozes do passado são postas à margem; a voz oficial do progresso só sabe arrastar para rejeições cegas. A visão do passado causa arrepios aos "refinados" que desejam ostentar aparências vazias de avanço social.

Não por acaso, entre as sugestões que foram enviadas à redação do Jornal de Notícias, outras não vacilaram em chegar:

- Emigração do elemento negro
- Expulsão de todos os turcos
- Une campagne pour l'exportation des negres de race (Uma companhia para a exportação de negros de raça)
- Deportação da metade dos negros.

O encantamento do progresso produz o mito da Cidade Industrial como medida de Civilização. E este mito, precário e no entanto dominante, excita os espíritos grosseiros e intolerantes (que tratam questões sociais como questões de higiene) e abre área para o racismo.

O progresso, tal como é imaginado e ativado nas sociedades burguesas, dispara em nós a *obsessão do moderno*. Afíritos, perseguimos uma cidade mudada, mas raramente uma Cidade Livre, ou se quisermos: a novidade mas raramente a felicidade. A idéia de Progresso adquire, assim, o estatuto de uma compulsão, de um motivo abstrato: um motivo sem motivos, um motivo embriagante que se desliga da atenção e da realidade. Toda compulsão, na verdade, é a repetição aloprada de um motivo absolutizado: no caso do Progresso, o motivo do Capital.

Paisagens humanas: a casa, o bairro, a cidade. A convivência qualitativa com esses espaços só é possível enquanto não forem destruídos ou reduzidos a espaços de rendimento econômico. O espaço das experiências, das lembranças, das histórias e dos mitos, das festas e dos comícios, não é o espaço da compra e venda das mercadorias. É preciso estar atento, é preciso oposição às transformações urbanas sempre que impliquem violência, ou seja, achatamento das relações sociais sob o peso das relações de mercado. Se a parte de um bairro se destrói, se as vielas de Salvador são destruídas, as qualidades (que se prendiam àqueles lugares e que eram acoridadas por aqueles ambientes) vão com a destruição. A tristeza do indivíduo, adverte Ecléa Bosi, não muda o curso do Capital: só o grupo pode resistir e recom-

por traços de sua vida passada; só a inteligência e o trabalho de um grupo podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva, diz Ecléa, os indivíduos se dispersam e as raízes são partidas.

VI

Os psicanalistas costumam mostrar que temos fome de pão, mas que *fundamentalmente* temos fome de qualidades. Afirmação intrigante. Que querem dizer com isso?

Nossa fome de pão, de comida, de nutrição, parece muito evidente. A fome, pensamos, é uma força irresistível, inelutável. Quem tem fome, come. Acreditamos que nossa vida é movida necessariamente por disposições biológicas. Não se discute. Os psicanalistas, entretanto, discutem essas certezas. Eles dirão que esta força aparente de nossos instintos, na verdade, é sustentada por motivos qualitativos.

Na clínica infantil, os psicanalistas estão habituados a um acontecimento muito triste: a presença de crianças anoréticas. São crianças, às vezes com poucos meses de idade, que não comem, não se alimentam. Frequentemente, a história dessas crianças revela que falhou alguma qualidade no ambiente humano que as acolheu. Por isso, perderam o interesse pela comida. Há casos de bebês que, sem terem sido compensados pelo soro, morreram por inapetência.

Jean Laplanche*, um psicanalista, pergunta: "Por que é necessário que se animem frequentemente às crianças a comer?" Por que é necessário propor-lhes que uma colher é "a mamãe", a outra "o papai", uma colher é "o aviãozinho", a outra "um trenzinho"? E Laplanche responde: é porque o apetite é sustentado e substituído, na criança, pelo amor. Na anorexia, uma perturbação de ordem afetiva induz diretamente a perturbação de uma função essencial ligada à vida (no caso, a função alimentar).

Eis um caso:

Os pais de Josette, uma menina de três anos e meio, foram buscar ajuda de Françoise Dolto**, uma psicanalista francesa que tinha o dom de compreender as crianças. Os pais estavam muito preocupados. Josette emagrecia, não comia, estava pálida, indiferente aos brinquedos, nervosa, passava as noites com insônia ou pesadelos. A mãe conta que havia consultado um médico. O resultado dos exames era negativo, não indicava problemas orgânicos.

O médico havia receitado um calmante para o sono e um estimulante do apetite. No entanto, depois de uma semana, Josette perde mais meio quilo de peso. Continua abatida, mas sem febre. A menina, que há mais de um ano sabia controlar suas necessidades, recomeça a molhar a cama.

Podemos imaginar um trecho da conversa entre a mãe de Josette e a psicanalista. Foi mais ou menos assim:

Mãe: — Os pesadelos começaram há três semanas. Josette era alegre e viva. Agora anda calada e não dá bola pra nada. Dorme mal, fica acordada. A gente já não aguenta mais, o que só plora: a menina sente e vêm as crises de nervos.

Françoise Dolto: — Onde é que Josette dorme?

Mãe: — No nosso quarto. Mas o meu marido e eu achamos que ela agora está muito crescida e decidimos comprar-lhe uma cama para que durma na sala.

Françoise Dolto: — Quando decidiram isso?

Mãe: — Faz umas três semanas. Já compramos a cama mas ainda não mudamos nada. Estamos esperando que ela melhore.

Françoise Dolto: — Há três semanas vocês decidiram pô-la na sala e há três semanas começaram os pesadelos.

Mãe: — Mas ela é muito pequena para compreender! Ela nem mesmo sabia. O seu pai e eu não lhe dissemos uma palavra. Imagine, ela nem prestou atenção à nova cama. Comporta-se feito um bebê.

A menina, que desde o início da entrevista estava sentada nos joelhos da mãe com ar abobalhado, nessa hora pôs-se a olhar fixamente para a psicanalista. Compreendendo o conflito que a criança enfrentava, a psicanalista explicou à mãe, diante de Josette, que a filha sofria intimamente e que era preciso ajudá-la: a idéia de separar-se dos pais e ser tratada como uma menina crescida era difícil de suportar.

Françoise Dolto (conversando com a menina): — Você quer ficar sendo um bebê, para não se separar da mamãe. Talvez você ache que não a amam mais e que papai quer se ver livre de você?

A menina, muito atenta, escutava e chorava silenciosamente. Os pais suprimiram os remédios e entenderam as sugestões da psicanalista. Naquela mesma tarde, o pai e a mãe conversaram com Josette sobre a mudança de quarto. O pai foi mais carinhoso do que nos outros dias: falou de um novo futuro, descreveu a mocinha em que Josette se transformaria, falou da escola onde iria em breve com outras crianças.

Quatro dias depois, a mãe voltou e disse a Françoise Dolto que a criança estava diferente. Dormia sem calmanter, um sono leve mas

* *Vida e Morte em Psicanálise*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

** *Psicanálise e Pediatria*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

PARTICIPAÇÃO

sem pesadelos. Duas noites molhou a cama, mas não ralharam com ela. O apetite voltou, Josette mostrava-se alegre durante o dia e fazia muitas perguntas. Compreendia sua angústia.

A psicanalista então propõe que a menina passe a dormir no outro quarto e explica os motivos a Josette. A menina concorda. O pai segue o conselho de ir beijar a menina na nova cama. O pai e a mãe ouvem da psicanalista: sob pretexto nenhum vocês devem trazê-la de volta ao quarto de vocês.

Oito dias depois, a mãe voltou com uma Josette risonha e toda prosa. O apetite, o sono, a continência e a alegria voltaram. Foi a própria Josette quem pediu à mãe para vir dizer à doutora, com ares de mocinha, que estava curada.

E o adulto em seus males de amor? Quando sofremos por causa de amor, a gente perde o apetite ou engorda. Ou seja: o "instinto" falha. Se o "instinto" funcionasse por si mesmo, nós nos manteríamos no nível da satisfação orgânica: comeríamos o quanto necessário. Ocorre naquelas horas, entretanto, a gente comer demais ou de menos.

Conta Rubem Alves*, filósofo, a estória da couve-flor empanada. Aconteceu com um cavaleiro, homem de formalidades e cortesia.

Sua educação alimentar havia sido marcada por tabus religiosos e aprendera a detestar miolos. Foi convidado para um jantar. Imagino um encontro na casa de grandes amigos: na sala, as cadeiras arrumadas para uma longa conversa; sobre a mesa, a linda toalha de rendas repleta de manjares e bom vinho. Tudo indicava acolhimento. A noite correu bonita.

Ao final, todo agradecido, o homem dirigiu um elogio à anfitriã: "Divina, a couve-flor! Vira-se a dona da casa, surpresa: "Couve-flor? Eram miolos empanados! Uma especialidade minha!"

Nesse momento, a boa educação do convidado se encrespou: embaraçado, saiu apressado da mesa para vomitar. Rubem Alves faz então uma pergunta engraçada: "Foi vomitar o quê? Miolo?" E responde: "Absolutamente. Vômito de palavras, rótulos, etiquetas." O homem vomitou significados! Sem que houvesse uma única alteração nos componentes físico-químicos da situação, a linguagem produziu curtos-circuitos biológicos.

Os psicanalistas têm razão: até aquilo que parece mais garantido, nossa existência orgânica, está na dependência de situações qualitativas. Sem qualidades, dana-se nosso ânimo.

* *Conversas com quem gosta de ensinar*, São Paulo, Cortez, 1984.

Vamos então nos aproximar, agora, de nossa necessidade de participação. Para tanto buscarei a companhia e a palavra de Simone Weil, uma filósofa francesa que conheceu a condição operária. A certo momento, tornou-se fresadora da Renault (uma fábrica de automóveis). Em 1943, período final de sua vida, quando participava da Resistência contra o nazismo, época em que a França estava ocupada, Simone Weil escreveu um livro lindo e muito importante: *O Enraizamento*, uma verdadeira carta de direitos humanos.

"O Enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente."

Não há raízes naquele que nunca *participou*. A participação é o meio pelo qual uma raiz se define no coração de um indivíduo. Não uma participação qualquer, mas real, ativa e natural.

Participação real opõe-se à participação imaginária. Trata-se não do sonho de participação, mas da participação em pessoa, em corpo e alma. Participação de fato. Para Simone Weil, o critério de uma participação real é a experiência de uma contradição. Quem experimenta uma contradição prova a realidade. A participação não é feita à imagem e semelhança de nossas idéias. Veja-se a nossa participação num grupo, por exemplo. Um grupo enfrenta obstáculos, sofre contradições (internas e externas) e se propõe problemas: nesta hora, aparece como na verdade é. Um grupo é sempre limitado. Mas age, se

age. As alegrias que alcançamos num grupo são sempre alegrias difíceis. Mas chamam-se alegrias.

Participação ativa opõe-se à participação servil. Participamos de um grupo, por exemplo, não quando *somos parte dele*, mas quando *tomamos parte nele*. Não há participação naquele que vive sem liberdade.

Participação natural opõe-se à participação artificial, imposta pela força. Para que uma raiz se insinue em nós, deve brotar espontaneamente, sem a rigidez das manipulações. Ninguém tem perfeitamente nas mãos a capacidade de produzir uma raiz. As experiências só nos alimentam na medida em que as construímos, mas, em certa medida, uma raiz nos tem a nós mais do que nós a ela. Não produzimos nossas raízes, nem somos meros reflexos delas: nós inventamos nossas raízes à medida que as habitamos.

Não há memória para quem nunca participou real, ativa e naturalmente de um grupo. Um grupo que conserva vivos certos tesouros do passado. Por isso, um grupo que *lembra*. E um grupo que conserva vivos certos pressentimentos do futuro. Por isso, um grupo atento aos sinais do tempo, um grupo que *deseja e faz escolhas*.

Um grupo orientado num espaço e num tempo do mundo; um grupo que empenha uma herança e que profetiza. Participação real, ativa e natural, num grupo que, atento, lembra, deseja e escolhe. O desenraizamento é justamente tudo aquilo que vai agir destrutivamente sobre uma dessas condições. Há desenraizamento quando um grupo é privado de seu passado. Há desenraizamento quando um grupo é privado da capacidade de mandar no seu destino. Há desenraizamento na servidão, na escravidão, na condição operária, em todos aqueles estados sociais em que alguns homens estão reduzidos à obediência forçada, sem possibilidade de participar pelo pensamento, pelo sentimento, de sua ação, do seu fazer, do seu trabalho. Há desenraizamento quando o Mercado se põe entre nós e o mundo, recolhendo a consciência das coisas e dos laços sociais. Simone Weil: o dinheiro destrói as raízes por onde vai penetrando porque substitui todos os motivos pelo desejo de ganhar. Vence sem dificuldade os outros motivos porque pede um esforço de atenção muito menor. Nada mais claro que uma cifra. Existe uma condição social inteira continuamente presa ao dinheiro: a condição do assalariado, obrigado a ter sua atenção sempre voltada para os salários. Nesta condição social é que a doença do desenraizamento é mais aguda.

Para que o enraizamento não se torne um apego às raízes, mas amor, devemos considerar outra necessidade que lhe é complementar e até oposta. Mais uma vez, palavra à Simone Weil:

“As trocas de influências entre meios muito diferentes não são menos indispensáveis do que o enraizamento no ambiente natural. Mas um determinado meio deve receber uma influência exterior, não como uma importação, mas como um estimulante que torne sua própria vida mais intensa. As importações exteriores só devem alimentar depois de serem digeridas. E os indivíduos que formam o meio, só atraídos dele as devem receber. Quando um pintor de real valor vai a um museu, confirma sua originalidade. Deve acontecer o mesmo com as várias populações do globo terrestre e com os diferentes meios sociais”.

Duas necessidades fundamentais e que se temperam mutuamente: o enraizamento e a troca de influências. Duas necessidades mais ou menos opostas. E, no entanto, uma opera através da outra, transformando-se. O enraizamento, quando não se relaciona com sua necessidade oposta (a troca de influências), torna-se um apego rígido: *vira xenofobia* (aversão pelo diferente) e perde seu sentido. O valor intransferrível de nossas raízes só aparece em sua pureza quando contemplamos as raízes de homens e mulheres diferentes de nós. A atenção livre e desapegada às nossas raízes depende do relacionamento com os diferentes, enquanto este relacionamento for possível — isto é, enquanto não for guiado pela dominação.

Ao mesmo tempo, a troca de influências, quando não se relaciona com sua necessidade oposta (o enraizamento), torna-se intromissão (“turismo”) ou ganância. Simone Weil lembra os colonizadores que, a partir do século XVI, massacraram ou sujeitaram populações negras e indígenas: eram mercadores quase sem contato com a vida profunda de seus países. E conclui: “Quem é desenraizado, desenraíza. Quem é enraizado não desenraíza.”

A percepção de nossas raízes depende da percepção das raízes do Outro. A percepção das raízes do Outro depende da percepção das nossas raízes. Dialética que os gregos chamavam METAXU: no METAXU é que se revela a humanidade. A humanidade não nasce no enraizamento nem na troca de influências, mas nasce entre eles: METAXU Metaxu é um valor intermediário como a ponte que liga duas regiões amigas.

II

Em 1932, Simone Weil trabalhou numa mina de Sardou, interior da França. Dez anos mais tarde, quando escreve sobre o desenraizamento, ainda tem na memória a lembrança dessa mina e da horrenda britadora que agita com sacudidas ininterruptas, durante oito horas, o homem que está agarrado nela. Esta máquina de ritmo binário e uniforme — ritmo fixo, não regulável pelo mineiro — deixa evidente que

foi feita para rachar e esfarelar pedras e que não foi feita para acompanhar o ritmo circular e multiforme do corpo humano. Na invenção desta máquina contaram as propriedades do carvão e do ar comprimido (que a coloca em movimento), contou o interesse da produção. Teria sido possível pensar nos operários que vão suportar o trabalho com estas máquinas, mas ninguém parece notá-lo: não se realiza este esforço de atenção; nos escritórios de engenharia em que se inventam aquelas máquinas os operários não estão presentes. Para Simone Weil, uma mudança na relação das classes sociais será inconsistente enquanto não for acompanhada pela invenção de novas máquinas. Do ponto de vista operário, uma máquina deveria poder ser manejada sem esgotar e sem mutilar a carne; deveria ter múltiplos usos, evitando a monotonia e o tédio; deveria corresponder a um trabalho profissional qualificado e não a trabalhos bestiais e mecânicos. Os Sindicatos se colocam estas necessidades?

Quando escreve sobre a infância de Simone Weil, Ecléa Bosi conta que certa vez o tio-avô da menina explicava como na Itália os nobres eram simples. Imagine-se que, numa recepção a que compareceu, um marquês conversava intimamente com sua velha ama, tratando-a por "tu" (que equivale ao nosso "você"). Ouvindo de seu canto a edificante história a menina pergunta: "E a velha ama, ela também tratava por "tu" o marquês?" Mais tarde, diante da admirável briadora, era a mulher quem perguntava: "E o operário, não se vai pensar nele quando inventam as máquinas?"

III

O progresso industrial, se representou maior liberdade dos homens em relação às forças da natureza, representou também ele mesmo uma nova força de moer trabalhadores. O progresso que conhecemos, insiste Simone Weil, foi obtido pela criação de uma amarga separação: a separação entre a parte intelectual do trabalho e sua parte mecânica. O que é pior: esta separação foi obtida pela criação de duas categorias de homens: os que mandam e os que obedecem. Duas categorias que se estranham mutuamente e que não podem mais se reconhecer como iguais. Para a filósofa operária, houve degradação dos dois lados: quem manda, deixou de lado suas mãos; quem obedece, obedece por medo e em situação de humilhação, deixando de lado seu espírito.

É pelas mãos que nos pomos em relação com a matéria do mundo. Quem lida com a terra ou com instrumentos mecânicos, ensina Alfredo Bosi*, enfrenta o obstáculo pesado da Natureza e das coisas:

* "Cultura Brasileira", em *Filosofia da Educação Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983 e "Fenomenologia do Olhar", em *O Olhar*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

"Quem trabalha com as mãos e ao mesmo tempo reflete sobre a sua obra, do primeiro gesto à última demão, sabe que está lutando com forças em tensão, desafiando resistências no trato com a matéria". Daí lhe vem uma sábia mistura de paciência e ação. Daí lhe vem um realismo, uma praticidade, um senso vivo dos limites e das possibilidades do mundo. O trabalho, quando coniuga corpo e consciência, ensina a interrogar o mundo; ensina perceber contradições, respeitar limites e atravessar possibilidades. O trabalho pede e desperta delicadeza e atenção. Alfredo Bosi: "A atenção deve enfrentar e vencer a angústia da pressa. A atenção mora e demora no tempo, por isso é lenta e pausada como o respirar da ioga."

Vejam o caso do escultor diante da pedra, matéria que quer elevar à dignidade de uma obra de arte. O escultor sabe que uma estátua não é resultado de sua vontade autoritária sobre a pedra: pode, por exemplo, desejar obter uma ondulação; mas ao aplicar o cinzel, a pedra responde-lhe com uma linha angulosa ou com uma rachadura. Deve então escutar a pedra, auscultar seus limites. Se insiste no seu desejo de ondulação, deverá talvez escolher outro cinzel ou deverá aplicá-lo sob outro ângulo e mais suavemente. A pedra, assim, de certo modo fala, e participa do processo de criação. Os desejos do escultor vão ser temperados pela presença resistente da pedra, que não se presta imediatamente à manipulação do artista. O artista vai sendo banhado pelas manias da pedra, por seus trechos porosos e pelos trechos compactos mais impenetráveis. A pedra solicita a observação do artista, converge e diverge em sua direção. A escultura só vai ser alcançada ao preço de uma série de encontros e desencontros com a pedra. Mas o escultor sabe também que a obra não é resultado do império pesado da pedra sobre ele. A matéria limita a ação do artista mas, ao limitá-la, não suprime inteiramente o campo das escolhas: ao artista caberá ainda uma série de opções, baseadas nos pressentimentos de um resultado ou baseadas nas sugestões dos seus acasos com a pedra. Ao final, na obra concluída, nesta forma estética, percebemos o homem marcado pela pedra e percebemos a pedra assumida por mãos humanas: será então indiferente dizer que a obra é o "homem materializado" ou a "matéria humanizada".

Pois bem, os homens que mandam, deixando de lado a experiência das mãos, agem como se não houvesse obstáculo algum a vencer. Deste modo, não hesitarão reduzir outros homens a uma coisa sem limites, sem resistência, sem presença. Quem manda, arrasta. E arrasta porque é arrastado pela embriaguez de um poder ilimitado que imagina possuir.

Do outro lado, do lado dos que são mandados, encontramos o operário esmagado pela dura pressão das ordens e das máquinas;

ordens e máquinas que lhe roubam todo espaço para escolhas, para participação. Existindo como uma coisa inerte inteiramente submetida.

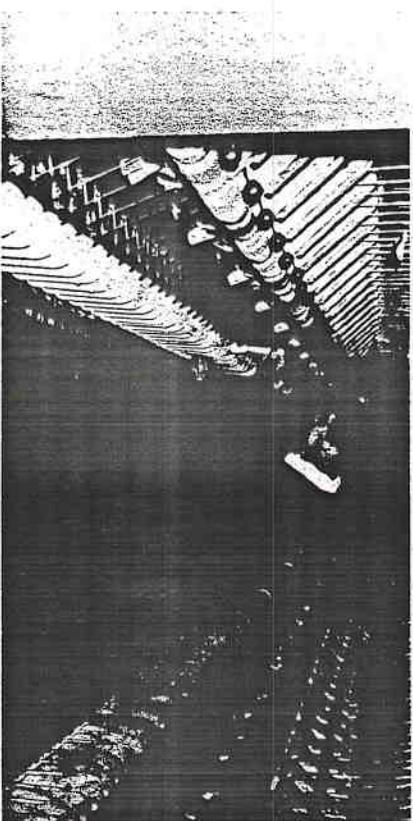
Escreve Simone Weil: "A sujeição. Nunca fazer nada, por menos que seja, que se constitua numa iniciativa. Cada gesto é, simplesmente, a execução de uma ordem. Pelo menos para operadores da máquina. Numa máquina burguesa, para uma série de peças, cinco ou seis movimentos simples são indicados, e basta apenas repeti-los a toda velocidade. Até quando? Até que se receba ordem para fazer outra coisa. (...) A cada momento estamos na contingência de receber uma ordem. A gente é uma coisa entregue à vontade de outro. Como não é natural para um homem transformar-se em coisa, e como não há coação visível (chicote, correntes) é preciso dobrar-se a si próprio em direção a esta passividade. Que vontade de poder largar a alma no cartão de entrada e só retomá-la à saída Mas não é possível. A alma vai com a gente para a fábrica. É preciso o tempo todo fazê-la calar-se. Na saída, muitas vezes, não a temos mais, porque estamos cansados em excesso. Ou, se a temos ainda, que sofrimento, quando chega a noite, reparar no que fomos durante oito horas nesse dia, e que no dia seguinte serão ainda oito horas, e também no dia seguinte do dia seguinte..."

O operário é marcado pela contínua necessidade de não desagravar. Deve responder às palavras brutais sem o menor sinal de mau humor, e até com deferência se for o chefe. O cronometrista nunca está errado. É Simone Weil, ainda: "(...) o medo das broncas. Muitos sofrimentos são aceitos só para evitar uma bronca. A menor delas é uma humilhação dura, porque não se ousa responder. E quantas coisas podem provocar uma bronca! A máquina foi mal regulada pelo regulador, uma ferramenta é de aço ruim, impossível colocar bem as peças; vem a bronca. Vai-se procurar o chefe pela seção para ter ser-viço: o que se consegue é ser barrado.

"Se o tivesse esperado na gaiola, seria também uma bronca. Queixar-se de um trabalho pesado demais ou de um ritmo impossível de acompanhar: vêm brutalmente lembrar-lhe que está ocupando um lugar que centenas de desempregados aceitariam de boa vontade. (...) Corre-se o risco de ser posto para fora. É preciso serrar os dentes. Agüentar-se. Como um nadador na água. Só que com a perspectiva de nadar sempre, até a morte. E nenhuma barca que nos possa reconhecer. Se a gente se afunda lentamente, se sobobra, ninguém no mundo dará por isso. O que é que a gente é? Uma unidade na força de trabalho. A gente não conta. Mal existe."

Nas linhas de montagem, cada operário está pregado a um ponto parcial do trabalho. Sua curiosidade não pode viajar pela fábrica, investigando as operações que precederam a sua e as que vão se seguir: o operário perde a inteligência do conjunto e, com ela, perde o sentimento do trabalho — o que sente é um esforço que se gasta no

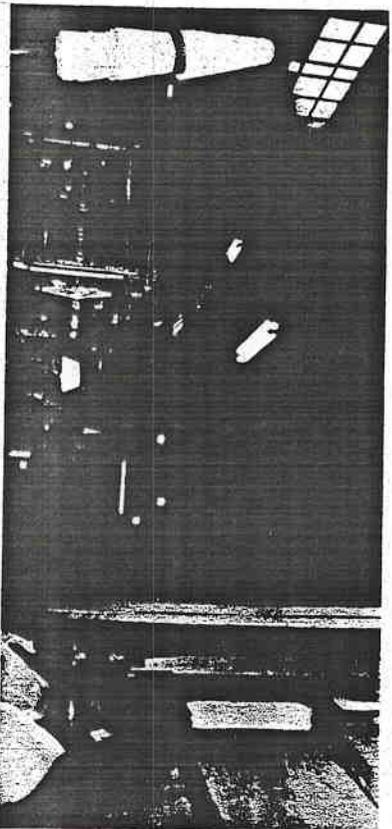
vazio. Nada mais forte no homem do que o sentimento de apropriar-se pelo pensamento, dos objetos e das ações em que investe seu trabalho. A propriedade dos instrumentos da produção, a propriedade das máquinas e das oficinas, é somente um dos meios que proporcionam aquele sentimento. Se queremos definir condições para o trabalho de um homem livre, uma estrutura de produção deve ser avaliada não segundo seu rendimento, nem apenas segundo seu regime jurídico de propriedade, mas sobretudo segundo o modo pelo qual combina ação e pensamento. A organização social perfeita seria aquela que, pelo emprego de medidas jurídicas e de outras, proporcionasse aos trabalhadores o direito e o dever de governar seus trabalhos.



Tecelã aposentada retestando sua experiência frente às novas tecnologias — Elizabeth Texil — S. Paulo — foto: Maria Célia Paoli — Equipe de História Oral do DPH, 1989 Projeto Memória Fabril e Processo de Trabalho

O melhor da obra de Simone Weil inclui um plano de enraizamento operário de modo que o trabalhador, no trabalho, pudesse sentir-se em casa, sentir-se no que lhe pertence e no que empenha seu espírito. O plano supõe abolição de grandes fábricas e a proibição de trabalhos degradantes. Uma grande empresa seria formada por uma oficina de montagem ligada a um grande número de pequenas oficinas espalhadas, de um ou mais trabalhadores cada uma. Estes trabalhadores, alternadamente, trabalhariam por períodos na oficina central de montagem: seriam períodos festivos — trabalhariam até meio-dia, o resto seria consagrado à camaradagem de ofício, às conferências técnicas (para que cada operário entendesse a função exata das peças que produz e as dificuldades superadas graças aos trabalhos dos outros), às conferências geográficas (a fim de pensarem para onde vão os produtos que ajudam a fabricar, quais seres humanos os usam, em que meios sociais estes produtos ocupam um lugar e que lugar).

As máquinas não pertenceriam à grande empresa mas às pequenas oficinas que, por sua vez, pertenceriam individual ou coletivamente aos trabalhadores. A propriedade de uma máquina seria-lhes conferida com a condição de que tivessem executado com êxito um ensaio técnico difícil, acompanhado de uma avaliação de desempenho intelectual e de cultura geral (para tanto, escolas livres, em que se associariam estudo geral e oficina, estudos clássicos de ciências, letras e estudos do trabalho).



*Velho tecelão reencontrando a fábrica.
Tecelagem Santa Branca — S. Paulo — foto: Senia Bastos — Equipe de História Oral
do DPH — Projeto Memória Fabril e Processo de Trabalho — 1989*

A lista de sugestões segue longo plano (convidamos vocês à leitura dos textos de Simone Weil, aqui apenas precariamente comentados). A filosofia da atenção lutava para que o período que se seguisse à II Guerra Mundial fosse um período de construção, de que os operários deveriam participar intensamente: seu projeto corresponde a aspirações operárias que não desapareceram completamente e que não devemos deixar desaparecer, mesmo que não possamos mais esperar satisfazê-las. Nas matérias de felicidade, vale a coragem e o amor dos grupos, antes da esperança.

IV

Em 1936, o Estado Francês foi assumido pelo governo socialista da Frente Popular. Neste momento, os metalúrgicos da região parisiense entram em greve.

Alguns consideravam que o movimento grevista havia sido provocado para perturbar o novo governo: foram os comunistas, diziam os burgueses; foram os patrões, dizia um operário. Mas não era pre-

ciso nenhuma provocação, diz Simone Weil. "Estávamos dobrados de baixo do cabresto. Assim que o arrocho afrouxou, a cabeça se levantou. Só isso, nada mais."

Aquela greve generalizada não havia dependido de qualquer provocação. Também não dependeu de operários que assumem suas tarefas políticas ao invés de confiá-las ao Estado: a ruga da passividade contraída durante anos não se perde em alguns dias, nem em dias tão felizes quanto àqueles — os operários faziam a greve, conta-nos Simone Weil, mas deixavam aos militantes o cuidado de estudar o por menor das reivindicações. A unidade sindical, grande triunfo então conquistado, tampouco havia sido decisiva para a greve: entre os metalúrgicos, na ocasião, não havia senão alguns poucos milhares de sindicalizados.

A interpretação de Simone Weil faz ver outros fatores. Um fator decisivo, mas não essencial, havia sido o próprio governo da Frente Popular: pôde-se enfim fazer uma greve sem polícia e, como as fábricas metalúrgicas trabalhavam quase todas para o Estado (o que todo operário sabia), vendo-se chegar ao poder o partido socialista, cada operário sentiu que, diante do patrão, já não era o mais fraco. Mas o fator essencial estava em outro ponto. Assim que se sentiu a pressão enfraquecer, imediatamente os sofrimentos, as humilhações, as revoltas, as amarguras silenciosamente acumuladas anos a fio tornaram-se uma força capaz de afrouxar o nó. Aí estava toda a história da greve. Na ocupação das fábricas, o determinante foi algo diferente de uma reivindicação particular, por mais importante que fosse (como o direito a férias pagas, por exemplo, só conquistado naquele ano). Tratava-se do seguinte, escreveu Simone Weil: "depois de ter vivido sempre dobrado, agüentando tudo em silêncio durante meses e anos, ousar, finalmente, levantar-se. Ficar de pé. Chegar a vez de falar, de sentir-se homem, durante alguns dias. Independentemente das reivindicações, esta greve é em si mesma uma alegria. Sim, uma alegria". E explica:

A alegria de entrar na fábrica com a autorização sorridente de um operário que vigiava a porta. Alegria de encontrar palavras de acolhimento. Alegria de ouvir, em vez do barulho impiedoso das máquinas, música, cantos e risos! Passar entre máquinas caladas, que não cortam mais dedos. Alegria de ver os chefes tornando-se familiares, por força, apertando mãos, renunciando completamente a dar ordens, esperando a sua vez para apanhar o cartão de saída que o comitê de greve distribuía. Ninguém é ruim. É claro que a gente gosta de mostrar aos chefes que eles não são os mais fortes. Chegou a vez deles. Isso faz bem. Mas a gente não é cruel. Estamos muito contentes. Alegria de dizer o que está no coração para os outros, nesses lugares em que dois operários podiam trabalhar meses seguidos, lado a lado,

sem que nenhum soubesse o que o vizinho pensava. Alegria de, entre máquinas, viver no ritmo dos movimentos naturais, no ritmo das batidas do coração e da respiração e não na cadência imposta pelo cronometrista. A alegria de percorrer as secções, enfim possuindo em pensamento o conjunto da fábrica e com orgulho novo mostrá-lo aos familiares explicando-lhes onde está o seu trabalho.

Pela primeira vez e para sempre, finalmente haverá em torno destas máquinas pesadas outras lembranças flutuando, e não só as da opressão. Lembranças que põem um pouco de orgulho no coração, que deixarão um pouco de calor humano em cima de todo esse metal.

Simone Weil conta ter visto, certa vez, mulheres esperando dez minutos debaixo de uma chuva torrencial, ao lado de uma porta aberta pela qual passavam os chefes. Elas só entraram quando deu o sinal. Era a porta de uma fábrica. As mulheres eram operárias. Aquela porta era mais estranha para elas do que a de qualquer casa descolhada onde entrariam com naturalidade para se abrigarem. Na fábrica, cada sofrimento físico inutilmente imposto, cada humilhação, ainda que leve, parecem lembreres para o operário de que não está em casa. Nenhuma intimidade liga os operários aos lugares e aos objetos entre os quais a sua vida se esgota: a fábrica faz deles estrangeiros em sua própria terra, desnaturalizados. Nas greves de 1936, as reivindicações tiveram menos peso do que a necessidade de se sentem, ao menos uma vez, em casa dentro das fábricas. E Simone Weil adverte: os operários só se sentirão em seu país, membros responsáveis pelo país, quando se sentirem em casa na fábrica enquanto trabalham. A vida social está corrompida até a medula no mundo em que os operários se sentem em casa quando fazem greve, e estranhos quando trabalham. O certo seria o contrário.

V

A condição operária quebra no trabalhador o sentimento da dignidade humana. Uma citação basta para deixar clara esta violência. Em seu diário de fábrica, numa terça ou quinta-feira de manhã, Simone Weil anota: "Saindo do dentista e subindo no ônibus, reação estranha. Como eu, a escrava, posso entrar neste ônibus, usá-lo graças a meus 12 centavos como qualquer um? Que favor extraordinário! Se me obrigassem brutalmente a descer dele dizendo que meios de locomoção tão cômodos não são para mim, que eu só devo andar a pé, acho que até me pareceria natural. A escravidão me fez perder totalmente o sentimento de ter direitos. Parece-me um favor ter momentos em que não preciso agüentar a brutalidade humana".

Vejam que nesta experiência o sentimento de dignidade está desfeito. Ele deixa de ser espontâneo. É preciso um esforço de atenção

para conservá-lo. Na condição operária, a submissão é que se torna espontânea.

O problema operário mais radical não é, para Simone Weil, o sofrimento. Para ela, é possível suportar sofrimentos ainda maiores do que os sofrimentos da fábrica. Ocorre que os sofrimentos da fábrica são um problema, porque são sofrimentos inúteis, são sofrimentos de um escravo e não de um homem. O sofrimento que qualquer trabalho faz atravessar é um problema quando degrada o trabalhador. Sofrer no trabalho, mas sem desgosto, diz a filósofa.

O problema operário mais radical também não é a insuficiência dos salários. Os salários são baixos porque são o pagamento do trabalho de um homem desqualificado. Uma sociedade feliz seria aquela que realizou um esforço por organizar e apenas admitir trabalhos que exijam qualificação do trabalhador.

O problema operário mais radical e que precisa ser abolido é a humilhação.

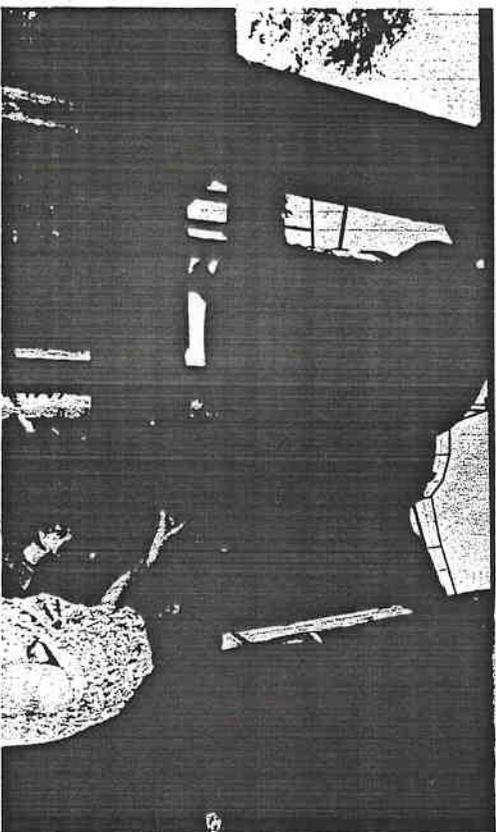


Velhos operários aposentados da Fábrica de Cimento trabalhando no resgate da memória. Projeto Ferus ATPE — Equipe de História Oral do DPH. Foto Cecília Marton — set. 1991.

Há dois anos, a Prefeita de São Paulo, por sugestão da Secretaria de Cultura, teve a feliz iniciativa de convidar seus funcionários para tardes especiais no Teatro Municipal. Numa sexta-feira chegou a vez das mulheres de Creches e Centros de Juventude. O Corpo de

Baile Municipal se apresentou; a prefeita veio conversar com as mulheres dos bairros; um grupo de atores improvisou situações engraçadas de trabalho e uma professora de pedagogia veio pensar conosco sobre "Creche e Comunidade". Foi uma tarde cheia. Quando as cortinas do palco se abriram e os bailarinos já lá estavam, imersos em luzes estranhas e em posições belas, o teatro todo inspirou admirado como se estivesse ocupado por crianças ingênuas: eram, porém, mulheres feitas e sacudidas; mas muitas entravam pela primeira vez num teatro — as percepções tinham o sabor nascente das descobertas infantis.

Mas guardo uma lembrança deste dia, que pesa grave em minha memória. Cheguei com algum atraso. Todos haviam acabado de entrar. D.ª Léia e Rose, entretanto, me esperavam. Entramos. Eu as segui, preocupado por terem me aguardado e talvez perdido bons lugares. As portas da platéia ainda estavam abertas: suas cortinas verdes estavam semi-abertas e, naquela tarde, os funcionários do Teatro orientavam com simpatia qualquer pessoa atrasada (estavam visivelmente comovidos pela chegada daquelas mulheres, talvez com elas identificados por mesma origem social: a consciência do doce privilégio que aquela tarde nos oferecia — abrir portas a cidadãos pobres — tornou especialmente gentis os funcionários do teatro). Entretanto, Rose e D.ª Léia não entraram. Subiram para o andar dos Balcões Simples; eu atrás delas. A mesma coisa se repetiu. Subimos mais. Estávamos no andar das Cadeiras de Foyer: de novo, portas semi-abertas e os funcionários. Subimos mais ainda. Passamos pelas Galerias e chegamos aos piores lugares do Teatro Municipal: chegamos ao famoso "puleiro".



Em Oficina de Memória no Interior da Fábrica. Projeto Perus ATPE — DPH. Foto Cecília Marton — setembro de 91.

— Puxa, vocês não deviam ter me esperado. Agora só encontramos lugar aqui em cima.
— (nenhuma resposta)

Depois de sentar, qual não foi a minha surpresa notar que havia diversos lugares vagos lá embaixo: platéia e balcões. Só então compreendi: D.ª Léia e Rose não ousaram atravessar portas "semi-fechadas", "vigiadas" por funcionários "fardados". Insisti que descêsemos. Desta vez foram elas que vieram atrás hesitantes. A descida a melhores lugares, o que poderia parecer tão natural, foi para Rose e D.ª Léia uma descida aos infernos. Uma descida aos infernos do direito: o contra-senso desta expressão deixa confirmado que, no humilhado, a dignidade perdeu sua espontaneidade e passa a depender de um esforço.

Guardo duas outras lembranças de um mesmo dia (agosto - 1989). Era fim de tarde. Fui à Fundação Carlos Chagas, importante centro de estudos em educação popular. O edifício, entretanto, assemelha-se muito de perto a um prédio bancário, um prédio de escritórios: carpetes, aparelhos de ar condicionado, catracas eletrônicas por onde se passa com cartão magnético—que é fornecido na portaria, mediante autorização controlada. A catraca funciona, para os funcionários, como relógio de ponto eletrônico. A moça da portaria nos atende formalmente como em qualquer loja comercial. Cus-tou encontrar quem me permitisse entrar: falou com três ou quatro pessoas (com uma delas apenas, o rosto e o gesto relaxaram ao telefone; com as demais pessoas o tom da conversa foi preso e sem leveza). Finalmente admitido, conversei com duas amigas que lá trabalhavam e me dirigi à Biblioteca. Sou atendido por um bibliotecário. Explico: "Venho da USP. Sou Professor de Psicologia Social. Estamos organizando um curso que pode interessar a grupos e pessoas que trabalham com movimentos de bairro, com movimentos sindicais e com educação popular. Desejaria alguns endereços para enviar convites". Não houve meios de convencê-lo. Quem poderia autorizar meu pedido já não se encontrava mais na Fundação: "Volte na segunda-feira". O rapaz não conseguia avaliar, por si mesmo, a simplicidade do meu pedido tão inofensivo. As informações que eu lhe dava não faziam sentido para ele. As palavras não tinham poder ali, onde apenas os recursos à autoridade eram confiáveis. Aquelles funcionários pareciam alheios ao trabalho que se desenvolve naquele edifício: suas relações com a Fundação eram marcadas pela falta de familiaridade; permaneciam ligados apenas exteriormente à instituição, tal como é exigido em todo ambiente burocrático e artificialmente hierarquizado. Abatido, dirigi-me então ao Sindicato de Metalúrgicos em São Bernardo do Campo, onde precisava encontrar Meião Monteiro, operário que faria conferência naquele curso (era um curso sobre a obra de

Simone Weill. Em São Bernardo, surpreendo-me com que facilidade as pessoas da rua me indicam o endereço do Sindicato:

— Por favor, sabe me dizer onde fica o Sindicato de Metalúrgicos de São Berna...

— Ah! O Sindicato? Olha moço, o senhor faça o seguinte. (Aque-la instituição era um verdadeiro patrimônio histórico na cidade.)

Chegando ao prédio, já à noite, fico preocupado: poucas luzes estavam acesas, apenas uma faxineira varria as calçadas e escadas. Arrisco, temendo que o diálogo iria repetir as dificuldades que acabara de encontrar na Fundação:

— Por favor, a senhora saberia me dizer se há alguém da diretoria do Sindicato aí?

— Quer falar com quem meu filho? (Disse a moça em tom de "vó").

— (Arrisco de novo): Sabe, pra dizer a verdade não é ninguém da diretoria que preciso encontrar. É um operário que trabalha na...

— Quem que é menino? (A "vó" ficou levemente impaciente.)

— (Arrisco mais ainda): Ele trabalha na Comissão de Fábrica da Volkswagen e...

— Melão? É o Melão?

— Sim senhor! É o Melão Monteiro!

— Ih! rapaz, acabou de sair... Mas vem cá que se dá um jeito.

E lá foi ela Sindicato adentro, subindo as escadas como se estivesse em casa! Chegamos ao segundo andar. Numa sala, um grupo de operários sentados à mesa discutia com um sujeito bem arrumado que parecia professor de economia (na lousa, frases e números de Economia Política). A faxineira foi abrindo a porta:

— Ó gente vocês vão me desculpando... mas tem um companheiro aqui, cortado, veio lá de São Paulo, só pra falar com o Melão. Quem pode dar um jeito nisso?

Quando contei o caso ao Melão Monteiro, bastou descrever o jeito daquela senhora para que ele sorrindo me dissesse o nome dela: "Ela é assim mesmo! E você nem imagina como era um bichinho assustado quando veio trabalhar com a gente".

Saí de São Bernardo em estado de graça e entendi: há mais razões do que se pensa, para que esse Sindicato tenha se tornado tão importante na vida daquela gente. Uma faxineira sente-se dona daquele edifício!

VI

A humilhação tende a cancelar recursos pelos quais se sai dela. Produz um desejo de evasão, de esquecimento que tende a cancelar

a atenção, o pensamento, a bondade. Um escravo, diz Simone Weill, precisa de alívio. A professora de mineiros e operários notou que há um obstáculo político na cultura popular. Para o indivíduo socialmente humilhado, o pensamento estabelece uma divisão difícil de suportar. O pensamento, quando pode ser profundamente exercido, acorda nossa capacidade de ação, nosso poder, nossa liberdade. "Ser livre e soberano, na qualidade de ser pensante, durante uma hora ou duas, e escravo pelo resto do dia, é um esquiteamento tão doloroso que é quase impossível não renunciar, para fugir a ele, às formas mais altas do pensamento." E não é possível esperar que as coisas sejam diferentes enquanto a condição operária não for suprimida ou enquanto não houver iniciativas coletivas nessa direção (durante a libertação, diz S. Weill a lembrança da escravidão e seu desaparecimento é poderoso estímulo para o pensamento). Enquanto as mudanças não se realizam só é possível um esforço miraculoso para manter o pensamento.

Não pensar mais: a tentação mais forte que a vida na fábrica produz, único meio de não sofrer com essa vida. "Só no sábado de tarde e no domingo é que minhas lembranças voltam — farrapos de idéias! — e me lembro que sou também um ser pensante. Pavor que me domina, então, quando constato a dependência em que me acho das circunstâncias exteriores (...). Só o sentimento da fraternidade, a indignação pelas injustiças infligidas a outros permanecem intactos — mas até que ponto tudo isso vai resistir ao correr do tempo?" Se o operário chega a perder a consciência dessa situação é para que seja mais fácil suportá-la. "Qualquer despertar do pensamento torna-se então doloroso."

Quando não o sofrimento, é a velocidade que obriga a suspender o pensamento. "Não consigo atingir o ritmo ininterrupto senão de tarde (reconfortada pelo almoço e pelo passeio), mas repetindo para mim continuamente a lista das operações (arame - buraco grande - rebarba - direção - arame...), menos para me preservar de uma distração do que para impedir-me de pensar, condição essencial de velocidade. Sinto profundamente a humilhação deste vazio imposto ao pensamento. Consigo finalmente ir um pouco depressa, mas com amargura no coração."

"Toda ação humana requer um motivo que forneça a energia necessária para ser cumprida, e a ação é boa ou má na dependência do motivo ser elevado ou baixo. (...) As próprias condições do trabalho na fábrica não permitem que outros motivos possam intervir, a não ser o medo das repreensões e da despedida, o desejo ávido de acumular centavos e, até certo ponto, o gosto pelos recordes de velocidade. Tudo concorre para trazer estes motivos ao pensamento e para transformá-los em obsessões; nunca se apela para algo mais elevado; aliás, eles devem tornar-se obcecantes para serem eficazes. Ao

mesmo tempo que esses motivos ocupam a alma, o pensamento se retrai (...) para evitar o sofrimento (...). A consciência se extingue na medida em que a operação que realizamos permite trabalhar sem consciência. Uma força quase irresistível, comparável à gravidade, impede então que se sinta a presença de outros seres humanos que pensam também (...); é quase impossível não ficar indiferente e brutal como o sistema em que se está metido (...)'.

Numa carta à ex-aluna sua, Simone Weil escreve: "Principalmente a bondade, numa fábrica, é uma coisa real quando existe". Porque o menor ato de bondade, desde um simples sorriso até qualquer serviço prestado a um companheiro que precisa de ajuda, "exige que se vença o cansaço, a obsessão do salário, e tudo que esmaga e leva a viver fechado dentro de si mesmo". O mesmo vale para o pensamento. Na fábrica, quando se percebe um gesto bondoso ou um claro de inteligência, tem-se a certeza de que não enganam.

Simone Weil ainda nos acompanha: "É vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma saída. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe a nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva, a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado."

Para Simone Weil, o amor pelo passado nada tem a ver com *desprezo ou indiferença* pelo presente e com *apego paralisante* ao passado.

O sentimento do presente com suas farpas e pétalas, a consciência de tudo aquilo que no presente anda e desanda não devem faltar naquele que lembra. Caso contrário, caímos em nostalgia.

A nostalgia nasce no espírito indefeso que não suporta a visão do presente e então se evade: foge para o passado, um passado de ouro, meio falsificado e que distrai nossas dores. A memória, pelo contrário, é ir ao encontro do presente depois de se ter banhado nas visões de um outro tempo. A memória vai debulhar lembranças (como se faz com o trigo), vai lapidar lembranças (como se faz com diamantes), vai reunir lembrança com lembrança (como se reúnem pedras), vai comparar lembrança com lembrança (como fazem os cientistas e os índios na observação e classificação das espécies): e tudo isso é para ir depois melhor brincar e brigar com o presente.

Quem lembra sofre. Pode sofrer muito. É que às vezes quem lembra é quem se deixa tocar por qualidades preciosas que o presente matou. Lembrar dói e a lembrança dolorosa pode se tornar, por meio de um esforço, o instrumento da nossa interrogação do presente, um meio de atravessá-lo e não de encobri-lo.

Nostalgia é apego ao passado. A memória é amor pelo passado: convivência devagar com experiências pessoais e sociais que se foram e que ficaram suspensas no ar, à espera da nossa recordação. Quem entra em nostalgia se detém. Quem lembra vai revirar o passado; e a lembrança, aqui e agora, vai alimentar nossa coragem.

Coragem é palavra que vai buscar sua raiz no latim *cor, cordis*: coragem. Coragem, então, quer dizer: uma ação que tem seu princípio, sua fonte, seu motivo, no coração.

Quando há apego ao passado, o passado torna-se pleno e a gente se esvazia: cresce nosso desamparo e nosso medo. Quando há amor pelo passado, as lembranças vêm alimentar o coração de qualidades que vão bombar nossos sentimentos, nossos pensamentos, nossas palavras e nossos gestos.

II

Para Simone Weil, mesmo uma revolução, como qualquer outra atividade humana, deve extrair sua seiva de uma tradição, fazendo-a dizer coisas que ainda não disse (não disse nem mesmo no passado). A filósofa cismava com mudanças sociais só apoiadas na imaginação do futuro: o futuro não oferece oposição a nossos desejos, tudo cabe na imaginação do futuro. Diferente do que se passa na imaginação do passado: quando lembramos, inventamos um pouco o passado, mas apenas um pouco — porque o passado existiu, independente de nós (ora veio em nosso benefício, ora veio em nossa desgraça). O passado não permite que se diga qualquer coisa dele.

Buscamos harmonias, mas o passado nunca foi perfeitamente harmonioso: lá estava o bonito, mas também o feio; lá estavam as formas ordenadas, com coerência e simetria, mas também alguma boa desordem; lá vislumbramos soluções, mas também desesperos: êxito e fracasso; o amor e o medo; a luta e o silêncio; a preguiça e a pressa; numa palavra: a vida e também a morte. Assim, que, para Simone Weil, a relação com o passado deve conduzir o desejo a uma imersão nos perfumes de uma contradição. Uma contradição é, para Simone Weil, uma prova de realidade: um espírito, que não se relaciona com a contradição, perde o sentimento da presença (livre, independente) das coisas e das pessoas. Perseverando na atenção às coisas e às pessoas, nós nos chocamos em algum momento com uma contradição: neste momento produz-se em nós como que um descolamento, um desapego. O apego é disparado sempre na direção de coisas e pessoas percebidas como seres homogêneos e sem tensão, que parecem feitas na medida das nossas ambições, são objetos ilusórios. O apego é sempre uma insuficiência no sentimento de realidade, no sentimento de contradição.

Adélia Prado* lembra o dia em que João Antonio, seu irmão, nasceu:

Entreí no quarto querendo festejar e falei sem graça: "A cara da senhora parece que tá com raiva, mãe."

O Senhor te abençoe e te guarde,

Volva a ti o Seu Rostro e se compadeça de ti,

O Senhor te dê a Paz.

Esta é a bênção de São Francisco, que foi abrاندando o rosto dela, descansando, descansando, até como ficou, quase entusiasmado.

Era raiva não. Era marca de dor.

Eh, Meu Deus, quanto jeito tem de ter amor.

D.ª Risoleta*, filha de escravos libertos, lembra do pai:

"Meu pai era bom, ele sabia contar histórias de varinha de condão, e a gente ficava em roda dele de noite; quando fazia frio ele mandava acender o fogo no meio da casa, que era de chão batido, e contava história. Meu pai era delicado, ele não falava uma palavra que não tivesse rima, falava tudo rimado. O dia em que ele estava bem disposto tudo tinha versinho, mas aquilo bem acentuado, bem rimado.

"As histórias que ele contava eram coisa maravilhosa. Nós tivemos uma infância! A gente era pobrezinha mesmo, mas tinha uma alegria dentro de casa.

"Na chácara tinha um rancho grande, no fundo, e meu pai era hospitaleiro. Quando passava viajante, boiadeiro, ele dava pousada. Mandava recolher o gado no pastinho que tinha e mandava matar frango de noite, fazer comida pra aquelas pessoas. Jogava colchão de palha de milho no chão pros viajantes dormir. Dentro de casa ele não botava ninguém, tinha os filhos dele que precisava respeitar.

"Minha infância não foi ruim, minha infância foi boa. Eu fui sempre muito alegre, nem queira saber como eu me divertia. Os pais eram muito severos, meu Deus do céu, não quero criar filhos assim. Quando eu me fiz gente e tive meus filhos, criei diferente, quis criar meus amigos."

O pai bom e delicado é o mesmo pai que não cria filhos como amigos. O pai contador de histórias, hospitaleiro e respeitador dos filhos, é o mesmo pai recusado como modelo na criação dos filhos. In-

* "Sem enfeite nenhum", em *Contos Mineiros*, São Paulo, Ática e Minas, 1984.

* "Lembranças de D.ª Risoleta", *Memória e Sociedade — lembranças de velhos* (Eclética Bosi).

fância boa e feliz e os pais severos, meu Deus do céu. Contradições. Mãe de Adélia, que acaba de ter um menino, tem cara que parece de raiva. Marca de dor. Felicidade dolorosa. Contradições. Quem lembra, descobre muitos perfis: uma pessoa é mais de uma, uma coisa é mais de uma, um fato é mais de um. Quem lembra, cruza contradições. E pode recuperar a unidade de pessoas, coisas e fatos numa percepção mais complexa e profunda dos seres e do mundo.

III

Como a fantasia do futuro costuma tornar uniformes nossos sonhos, sem misturas, a imaginação pode-se desembrasar do diálogo tenso com o mundo e criar personalidades autoritárias: ou as coisas, as pessoas e os fatos seguem o curso esperado ou será preciso forçá-los. O passado, pelo contrário, recebe nossos sonhos mas reclama nossa atenção. Quem se demora numa lembrança, percebe que o mundo surpreende: pretende-se nele encontrar um único valor e, quando menos se espera, abre-se em valores diversos e que nem sempre combinam perfeitamente. Nestas horas, o passado pede que nossos sonhos estridentes façam silêncio, deixando as lembranças operarem no espírito, que é para melhor atinar na natureza do mundo. Quem lembra, empurra menos as coisas e os fatos, grita menos com as pessoas. A convivência com o passado ensina esforços não apegados a seus alvos: o mundo não existe para satisfazer nossos desejos abrutalhados, é preciso recebê-lo, gostando e não gostando dele. Uma lembrança pode frustrar nossos sonhos, mas sempre inspira sonhos mais duradouros. O amor pelo passado faz superar a relação com a história na forma "eu comando e a história obedece". Os melhores frutos da história dependem menos de nossos músculos e mais de nossa atenção, de nossa residência na história: como sugere Hannah Arendt*, moramos numa série de acontecimentos, em processos automáticos que inesperadamente podemos interromper para novas fundações — nestas horas, a liberdade faz a sua aparição. Somos sempre dependentes de ocasiões favoráveis, para que então seja possível escolher estas ocasiões e radicalizá-las como um novo começo. A aproximação de um bem é sempre vagarosa e difícil, e implica atravessar o oposto daquilo onde queremos chegar. Quem tem o desejo fixo no alvo, dirigido para o futuro, sem nunca olhar para perto e para trás, não suporta fracassos: cai no ressentimento, abandona suas lutas ou transforma-se num trator que não admite oposição.

IV

Vamos reencontrar D.^a Risoleta, de quem Ecléa Bosi ouviu lembranças. D.^a Risoleta foi empregada doméstica: filha de escravos, mar-

* "Que é liberdade?", em *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1988.

cada por velhos laços de dependência, precisou sair cedo de casa para servir patroas. Essa condição instável, diz Ecléa, divide a biografia de D.^a Risoleta em etapas nas quais a memória encontra sempre o trabalho árduo, mas o recorda em tons e conotações bem diferentes entre si. Podem destacar-se três memórias do trabalho em D.^a Risoleta:

1.^a Etapa

(No Arraial dos Souza, onde nasceu: Risoleta evoca as tarefas da infância em sua casa.)

D.^a Risoleta:

"Meu pai plantava de tudo: tinha jabuticabeira, tinha cana, ele fazia rapadura, açúcar, depois minha avó refinava. Eu sei refinar açúcar, aprendi com ela. Botava no tacho aquela aguardada até reduzir, depois secava, batia bastante, ficava mulatinho. O açúcar mulatinho era gostoso, eu sempre roubava do tacho um pouquinho. Quase tudo se fazia em casa: a gente matava porco, fazia lingüiça, abria panos de carne, salgava e guardava pro mês inteiro, tirava os ossos e vendia pras fábricas de botão. (O povo já vem explorando a vida há muito tempo, não é agora não.) O pão a gente fazia em casa: quando aparecia o padreiro com aquele pão sovadinho, como a gente gostava! Trocava com galinha, trocava com porco, porque dinheiro quase ninguém via. Um saco de farinha custava treze mil réis. O forno era de tijolos, redondo, cabia vinte, vinte e quatro pás dentro do forno. A gente amassava o pão na amassadeira, com o cilindro, sovava bem, que pão gostoso! Eu tenho saudades. O forno era fora com a boca dentro da cozinha; a gente enchia de lenha, queimava, quando tava bem branquinho tava bom! Varría, jogava um punhadinho de fubá pra ver a temperatura, porque se estivesse muito quente podia queimar todo o pão. Meu Deus, era uma vida até bonita! Até bonita, gostosa!

Plantava feijão, plantava arroz, a gente colhia e quando não tinha máquina de beneficiar por perto socava no pilão, abanava com a peneira, aquele arroz catetinho que era meio roxinho, botava umas palhas, um pouco de fubá, limpava, ficava branco. Até o sal que era meio grosso minha avó refinava, ficava fininho. Lavava bem. Tirava as pedras escuras, botava fogo, passava na máquina e guardava nos vidros. Ficava sal branco pra gente usar o mês inteiro.

Eu gostava de brincar de comidinha: arranjava umas latinhas, botava uns tijolinhos, acendia o fogo e fazia comidinha de verdade. Se não queriam me dar mantimentos eu roubava...

Desde criança o meu brinquedo era fazer comidinha pros outros.

Ecléa Bosi:

A pobreza exige flexibilidade, não comportando uma rígida divisão de trabalho. Risoleta, bem menina, brinca de fazer comidinha de verdade, mas também lava roupa à beira do rio, ajuda a refinar açúcar, faz pão, soca arroz no pilão, varre o terreiro... A recordação de tantos afazeres guarda o calor de uma vida rústica e doméstica, onde "quase tudo se fazia em casa", e onde era preciso do pouco tirar o bastante para as necessidades mais elementares: "o povo já vem explorando a vida há muito tempo, não é só agora não". A menina trabalha junto com os avós, pais e irmãos, e desse regime de mutirão traz uma lembrança alegre, como a de um jogo familiar, uma lembrança entremeada de experiências prazerosas: "A gente amassava o pão na amassadeira, com o cilindro, sovava bem, que pão gostoso! Eu tenho saudades! /Meu Deus, era uma vida até bonita! Até bonita, gostosa! /Minha infância não foi ruim, minha infância foi boa".

Essa narração leve, lúdica, cessa completamente quando a menina de oito anos passa do Arraial à casa dos patrões. Atente-se para a primeira frase em que descreve o seu novo serviço.

2.^a Etapa

(Nas casas de patroas)

D.^a Risoleta:

Desde oito anos trabalhei em casa de família, sempre tive que fazer tudo: botava a mesa, tirava a mesa, lavava a louça, areava aquele talher danado de arear, com raspa de tijolo e batatinha. Graças a Deus agora não tem disso mais. Areava tudo que ficava brilhando e botava no sol antes de guardar. Eu sabia que a patroa gostava de coisa bem-feita, então queria fazer mais bem-feita ainda. E tinha que fazer senão ficava de castigo. Quando eu tinha treze anos, me perguntavam na rua: — "O que você está fazendo?" — "Sou cozinheira de forno e fogão." Se eu ia num lugar e comia um bolo, chegava em casa e fazia tudo igualzinho, sem receita, só porque eu comi.

Levantava de madrugada, trabalhava o dia inteirinho, de noite acendia cinco ferros de carvão para engomar a roupa de linho que tinha que passar tudo úmido: eu largava um ferro pegava outro, largava um, pegava outro. Hoje está uma beleza esse tergal que não precisa nem passar, sacode bem, dobra e guarda. O ferro era pesado, não era ferro de estufa: o linho tinha que passar muito bem, com ferro bem quente.

Se recebia ou não recebia ordenado eu não sabia, porque meu pai é que ia no fim do mês receber: dizia que não fazia questão do dinheiro, queria é que me ensinasse a ler um pouco. Até vinte e dois anos nunca recebi um ordenadinho do que trabalhei. Quando ele me pôs na casa da sinhá-moça dele, disse: — "Eu quero que a senhora me ensine esta menina a trabalhar, ler e escrever."

Dona, eu levantava às quatro horas da manhã, trabalhava o dia inteirinho, fazia pão. Só tinha eu de empregada e uma preta bem velha, mais velha do que eu estou agora, com o dedão do pé torto, na beira do fogão, arcadinha. Eu tinha dó dela, botava o caixão de sabão na beira e trepava para alcançar o fogão de lenha e fazia comida pra ela. Ela dizia: — "Que boa vontade que essa menina tem! — Eu tenho é dó da senhora!"

Depois das onze horas a patroa me chamava pra aprender a ler e eu começava a cochilar: — "You contar pro seu pai que você não quer estudar." — "Não é que eu não quero estudar, meus olhos é que não querem ficar abertos, tou com tanto sono..."

Vim cedo trabalhar aqui em São Paulo. Perdemos a chácara do Arraial porque meu pai, velho, doente, não pagava imposto e ninguém procurou pagar. A minha casa não existe mais, aquilo tudo foi vendido e loteado: tem casas, ruas, onde era chácara está tudo asfaltado.

Trabalhei com Dona Lalá dezessete anos. Quando ela morreu, fui pra dona Duarda, irmã dela, e depois pra sobrinha Dona Nicota, doze anos...

Mocinha fiquei com reumatismo, saía pelotes deformando as mãos, entortando tudo. Não sei como peguei esse reumatismo tão feio; eu lavava quintal descalça... quem sabe.

Quem trabalhava não tinha direito a nada. Eu que tivesse vontade de trabalhar, que serviço não faltava, e eu não era preguiçosa: então conquistei as patroas, elas gostavam de mim eu gostava delas. Se tinham tristezas, eu sentava no chão e ficava fazendo um carinho pra elas. Se brigavam com o marido eu não deixava ficar de mal." — "Por que brigou? Não precisa brigar." Mas a gente não tinha direito a nada, nem férias. Descanso, domingo só depois que fazia todo o serviço e deixava a mesa do lanche pronta, era muito difícil eles comerem fora. Então saía pra passar, mas de noite já estava lá porque segunda tinha que levantar às quatro horas. Quando ia chamar os meninos já ia com bandeja de café, pão torrado, já tinha acendido antes o fogão de

lenha pra esquentar tudo. Eu era bem mocinha e fazia tudo isso. Era muito caprichosa, gostava de arrumar a mesa bonita, com flores, guardanapo eu dobrava em leque, em coração, cada dia dobrava de uma forma, engomadinho. Hoje, é tudo jogado de qualquer jeito, naquele tempo tinha muito capricho nas casas de família.

Quando eu estava trabalhando em casa de família de mãhã ficava andando na horta, passeando daqui e dali. A patroa gritava: "Você não vai fazer almoço hoje? — Já vou indo minha senhora, tenha paciência que já vou indo." E pedia: — "Me ajude São Benedito, que sua filha está atrasada, foi passear e ficou apertada." Chegava na cozinha, parece que tinha uma porção de mãos me ajudando. Num instantinho eu fazia tudo.

Nunca pude acompanhar as notícias, assistir às festas e movimentos da cidade quando trabalhava. A gente ficava seis meses sem ver a cara da rua! Sempre tinha serviço e sábado e domingo era o dia que se trabalhava mais: ia fazer doces, biscoitinhos, sequilinhos, porque domingo a família toda reunia. Eles almoçavam e jantavam domingo um arroz de forno muito bonito, frango assado, perril assado, ou aqueles pastéis que quando a gente acabava de fazer a gente já não tinha nem vontade de sair.

Quanta injustiça! Às vezes, uma ou outra patroa tinha o coração no peito, deixava um dinheirinho pras empregadas que trabalharam com ela mais de trinta, quarenta anos, como fez nha Moça Fortes lá de Campinas com as empregadas dela, como a Quetita. A gente ganhava uma bagatela que não dava pra nada, nem pra se vestir. Tinha que comprar as fazendinhas baratas da Pernambuco pra fazer os vestidinhos e as patroas compravam as fazendas caríssimas delas e não davam nunca para a empregada vestir pra ela não ficar chique. Que espírito atrasado que elas tinham! Viajavam, estudavam, eram cheios de orgulho. Se a gente chegava e eles estavam sentados na sala a gente conversava o tempo inteiro de pé, não podia sentar junto com eles. Isso não é uma afronta? Hoje eles não são mais assim, conversam, sentam na mesa com a gente, comem.

Se não fosse o Getúlio até hoje creio que não tinham criado a aposentadoria. Foi o Getúlio que criou as leis do trabalho e por isso mesmo que mataram ele. Ele não se suicidou, não, mataram ele."

Esse longo e duro período (que durou até depois de D. Risoleta enviuvar) acaba pela convicção de que seria impossível educar os

filhos perdendo o resto da vida na cozinha dos palacetes da Angélica e do Jardim América. Vai morar numa casa de aluguel.

3ª Etapa

(Engomando e cozinhando para fora, dando pensão para "as famílias chiques da redondeza".)

Ecléa Bosi:

O trabalho continua intenso: o aluguel subia, os tempos eram de racionamento e havia ainda cinco adotivos para criar, mas a memória social guarda a compensação de tantas agruras: "Ali eu era D. Risoleta, todos me chamavam Dona Risoleta."

D. Risoleta:

Quando disse que ia sair do emprego, minha patroa não queria deixar eu sair. — "Onde já se viu uma cozinheira como você dar pensão?!"

— Ah!, dona, mas eu não vou cozinhar pra cachorro, vou cozinhar pra gente mesmo..." Quería educar minha filha e com ordenadinho de casa de patrão... Nunca fui recompensada e sempre carreguei a casa das patroas nas minhas costas. Davam um ordenadinho e ainda achavam que estavam pagando muito. Lutei sozinha com Deus. Eu pedia dia e noite a Deus que não me deixasse sucumbir. Às vezes atrasava uns dias o aluguel; corria lá pro dono da casa: — "Tenha paciência, espere uns dias, que esse mês aconteceu qualquer coisa que não estava no programa e eu me atrasei um pouco."

"Se para pagar um mês é duro, imagine se eu vou deixar juntar três. Quero pagar o colégio pra ela dona, se posso ganhar mais, não quero sacrificar minha filha, ela não vai ganhar sua vida sacrificada como eu sempre ganhei." Ganhei minha vida sacrificada, mas muito mesmo! Eu ganhava duzentos e cinquenta mil-réis. Nunca passei de duzentos e setenta. Nem vale a pena chamar isso de aumento. Qual é o aumento? Era o aluguel da casa, apenas.

Aluguei uma casa no Paraíso, Rua Abílio Soares, 76. Ali eu era Dona, D. Risoleta. Nunca pus um anúncio da pensão, e uma freguesa fazia outra, as famílias chiques das redondezas da Granja Julieta até lá perto do Mercado Grande, vinham buscar minha comida. Quando eram onze horas tinha o almoço pronto, mas era almoço, não era comidinha não. Fazia torta, empada, arroz de forno, leitão assada, perril. Queimar panela pra fazer um feijão eu não ia não. Quería fazer comida mesmo, mas para família que gostasse de comer bem. Hoje ninguém não quer mais comer, preci-

sa guardar dinheiro. Antigamente fazia suflê, e rocambole disso e daquilo, enfim sala muita coisa!”

Nas memórias do trabalho, as lembranças de D. Risoleta revelam sempre, e de uma só vez, tanto um sujeito quanto uma sociedade. Conhecer D. Risoleta por suas lembranças é também conhecer certas formas de sua época. A vida está sempre atravessada pela vida social. Ouvir D. Risoleta mostra bem claramente que a memória não se retira do mundo para fazer falar a voz de um indivíduo destacado de seu tempo: antes, pelo contrário, a memória é a narrativa singular de uma situação muito mundana. O coração e a mente, afirma Hannah Arendt (com pleno assentimento dos psicólogos sociais), o coração e a mente não existem num espaço interior despregado, mas existem e funcionam somente em inter-relação com o mundo. Uma lembrança íntima, operada pelo coração e pela mente, carrega sempre consigo certa paisagem social. Na infância, de que tem saudade, Risoleta lembra vida bonita, gostosa, boa: lembrança íntima. Mas a beleza, o gozo e a bondade deste tempo vêm misturados à recordação dos trabalhos na chácara do pai: lembrança social. E as lembranças vão-se alterando com a alteração das condições sociais. Na casa de patrões, o trabalho danado que impedia a menina de ler e escrever e que vai impedir a mulher de educar os filhos: o senso íntimo da injustiça se confunde com suas bases sociais. Na casa de aluquel, dando pensão para fora, Risoleta — a filha de escravos — é, agora, Dona Risoleta: a dignidade, valor íntimo, valor público; o direito é vislumbrado no reconhecimento.

Depois que cegou, D. Risoleta foi amparada pelas filhas, por quem havia abandonado o estado de aguda dependência. Mas diz ela, ao final de sua vida: “Eu tenho muita vontade de servir alguém, de ser útil pra alguém.” Momentos antes havia dito à Ecléa: “Se eu chego na sua casa não sou visita não, arregaçava as mangas e ia pra cozinha, pro tanque, ou arrumar a casa. Lugar nenhum que eu chegasse nunca era visita, sempre chegava achava o que fazer, arregaçava meu bracinho, jogava meu aventalzinho e se tinha alguma coisa pra fazer eu fazia. De maneira que eu mesma fiz a minha felicidade sempre. Eu era a alegria da festa dos outros.”

E, misteriosamente, é com orgulho que parece dizer isso. “Eu tenho muita vontade de servir”: quantas coisas ouvimos aí? Talvez aguns, à esquerda, abominassem ouvi-lo. Talvez outros, à direita, se alviassem ao ouvi-lo, quem sabe até se sentissem lisonjeados: “sinal de que não tomamos maus padrões”. Ouvindo D. Risoleta, entretanto, e não a nós mesmos, esbarramos numa contradição e passamos a entendê-la quando diz: “Eu tenho muita vontade de servir alguém”. Especialmente quando, com novo brío, a ouvimos dizer: “Ali eu era *Dona Risoleta*,

todos me chamavam *Dona Risoleta*.” Então ouvir “Eu tenho muita vontade de servir alguém” não é ouvir “Eu tenho muita vontade de ser serva de alguém”. D. Risoleta chorava quando assistia à “Escrava Isaura”. As crianças reclamavam: — “Mãe a senhora vai ver novela pra se distrair ou pra chorar?” — “É de ver tanta judiação, meus filhos, imagine se eu fosse desse tempo, se eu fosse a Escrava Isaura, eu me jogava no poço.” Quem diz que tem vontade de servir é a mesma pessoa que, se fosse a Escrava Isaura, se jogaria no poço.

Diz Ecléa: “Para a cozinha D. Risoleta, hoje nem se cozinha nem se sabe comer como no seu tempo. (...) / Quanto mais a memória revive o trabalho que se fez com paixão, tanto mais se empenha o memorialista em transmitir ao confidante os segredos do ofício. (...) D. Risoleta ensina a técnica de fazer sabão e farinha e o refino do sai, chegando a dar uma receita completa de assar leitão purrurca; e o mesmo faz com as artes da cura e o trabalho da prece. / (...) um movimento peculiar à memória do velho que tende a adquirir, na hora da transmissão aos mais jovens, a FORMA DE ENSINO, de conselho, de sabedoria (...). / Aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor.”

“Eu tenho muita vontade de servir alguém” não é a frase de um humilhado, é a frase de *Dona Risoleta*, dona de um trabalho.

V

Certa vez, num grupo de mulheres do Centro de Juventude Guacuri, em Diadema, conversávamos sobre o enraizamento. Proponho pausa para que cada um procure uma lembrança antiga, bem marcante. D. Maria e Irene nos surpreendem.

D. Maria lembrou uma canção, inventada pela sua gente, numa fazenda do sertão baiano, enquanto pisavam café no pilão. Cantou. O ritmo seguia a cadência das batidas fortes sobre os grãos:

“Pisa pilão
de pisar café
Quero me casar
mas papai não quê”

A melodia dava ao esforço monótono da moenda de café um valor musical, uma qualidade sonora. A letra fazia pensar no amor e nos zelos ou falta de jeito das famílias. A canção misturava vida e trabalho, levando D. Maria e sua gente para mais além da produção: as aventuras e os-costumes de um grupo se insinuavam.

A lembrança logo aguçou o pensamento de D. Maria e do grupo. Foi só provocar a conversa:

— Imagine se meu marido se mete a cantar no trabalho dele. Coitado.

— No sertão não se canta mais, depois que o trabalho virou correria e aflição.

— Feito na produção, né? Já imaginou seguir o ritmo de uma punteadeira?

Irene, cearense da periferia de Fortaleza, lembrou o horizonte. O grupo estranhou: "o horizonte, tá doida?" Emenda Irene: "Ah gente, nunca mais abri uma janela onde o olhar se perde! O pensamento parecia que ia longe em tanta idéia. Quanta coisa o céu faz pensar ou só ficar assim... olhando, meditando. Imaginava São Paulo, cred! Aqui a gente abre a janela e já dá com a cara na parede. Quem passa, nem cumprimenta." Irene, pela primeira vez no grupo, despertou um autêntico interesse ecológico: como é que natureza, janela, cidade, vizinhança, felicidade, tudo se cruza?

VI

Noutra vez, na Vila Joaniza, Centro de Juventude Sta. Rita, as mulheres estavam num desentendimento só. A Rose, coordenadora, vinha dando uma de patroa e nada de ninguém protestar — a não ser pela cara feia, má vontade, o trabalho se apagando. Rose, angustiada, quer saber o que é que há. Reuniões. Finalmente o jogo se abre. Rose, mais afiada ainda, quer atinar na diferença entre "ser coordenadora" e "ser patroa". Ninguém que esclarecesse a moça. O próprio grupo não sabia mais diferenciar nada.

Foi aí que Marinete, cozinheira, enchendo-se de coragem, tomou a palavra e lembrou:

— Quando trabalhava de diarista em casa de família, teve um dia... ai. Era uma moça, sabe? "Marinete, eu quero que você me passe, ácido no quintal que é pra tirar o cimento das pedras." Foi o dia inteiro esfregando aquelas malditas pedras. Pra depois a patroa chegar toda espreitada com desatoro: "Eu não falei pra limpar o quintal? Ficou matando tempo, é?" (Neste momento, sem notar, Marinete ergueu-se no meio do grupo..... e dramatizava o caso: a lembrança ergueu-lhe a alma e o corpo; seu rosto parecia tomado, e quase ausente, revivendo.) Ah!, nem te conto. Não tive dúvida: peguei o balde. Enchi de água. Vassoura. Peguei o ácido. (O grupo olhava assustado para Marinete.) Virei pra moça e: "A senhora vai me fazer o favor de limpar por mim e duvido que numa semana renda o que eu rendi num dia. E me vê logo as contas que já não agüento mais! (Foi quando a

cozinheira voltou a si, abandonando o impressionante ritual da memória em que nos havia siderado.)" O grupo então vai pensar:

— Patroa é assim.

— Nunca estima a gente.

— Às vezes estima, mas não avalia o duro que a gente dá.

— Avaliar de que jeito, nunca experimentou!

— E quer mandar na gente e não tem conversa.

— Onde já se viu?! Pensa que é fácil?

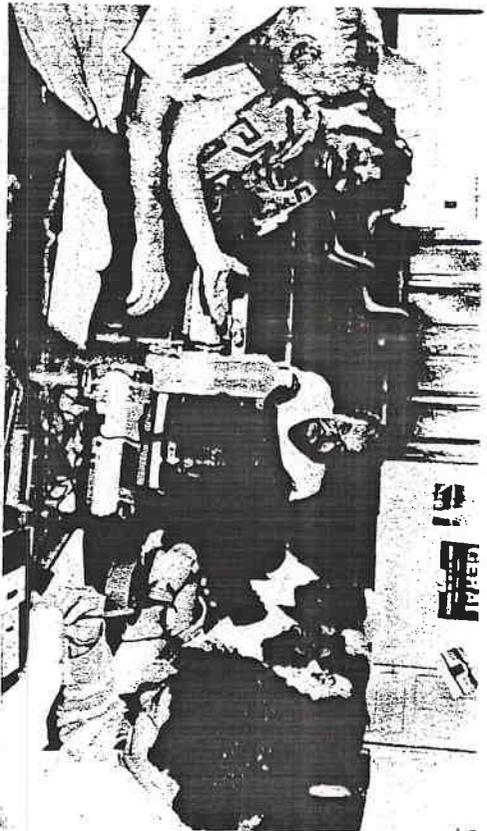
O grupo então notou que havia pistas ali. A discussão seguiu. A certa altura, o psicólogo não se conteve e soltou uma lição de seus professores marxistas: uma coisa é o trabalho em que alguém manda nos outros; outra, um trabalho em que ninguém manda em ninguém, e todo mundo, de sua parte, manda no trabalho. A idéia serviu. Coordenadora é quem faz o grupo mandar no trabalho e trabalha também. Se está cismada com a gente põe na mesa o problema que é pra gente avaliar juntos. Os ressentimentos foram então aparecendo em Santa Rita. Foi difícil. Mas o grupo agora sabia o que queria. O medo e a confusão diminuíram. Reencontrei um dia todas elas na cozinha, em torno da Marinete, trabalhando em mutirão, a Rose no meio delas. Estavam felizes. Trabalhei também: descasquei batatas sem o menor talento. Muitas risadas, conversa foi e veio. O almoço ficou pronto a tempo.

VII

CONCLUSÕES

* A memória é retomada e reconstrução do passado biográfico. Elaboração de uma experiência ao mesmo tempo pessoal e social. A memória é trabalho: oferece o passado por meio de um modo singular de ver o passado. Exercício de congenialidade, a memória empenha o sujeito recordador e a coisa recordada sem que seja possível dissociá-los. A recordação traz a marca dos padrões e valores mais ou menos ideológicos do sujeito, a colorir ética e politicamente a lembrança; traz a marca dos sentimentos a colorir-la afetivamente; traz a inteligência do indivíduo, a encontrar razões do passado — e traz o passado na urdidura destes padrões, valores, sentimentos e inteligência.

* A memória faz cruzar sociedade, história e intimidade, em narrativas que reencontram o indivíduo nos ambientes intersubjetivos em que se nutriu simbolicamente e nos quais experimentou, não sem contradições, a si mesmo e ao mundo. A memória prova e atravessa contradições, fazendo ver raízes autênticas de um sujeito concreto, que viveu vidas e mortes.



Memória de Perus — Velhos operários da Fábrica de Cimento
 Ex-sindicalistas participantes da greve 62-69 — AITPE
 Projetos de História Oral — DPH
 Foto: Cecília Marton / Maio de 91.

* A memória não é nostalgia, mas amor pelo passado. O sentimento do presente, com suas farpas e delicadezas, não deve faltar naquele que lembra: a recordação torna-se então um meio de interrogar o atual, mediando-o pela visão de um outro tempo.

* A memória pode despertar pontos de vista calados pela visão oficial do mundo. Numa sociedade de reificação, a memória costuma evocar qualidades perdidas que se deseja reencontrar num futuro próximo ou distante. Reencontra frequentemente a natureza, antes da desfiguração das cidades. Reencontra objetos concretos e de valor biográfico inestimável. Reencontra a casa materna, apoio recorrente de identidade. Reencontra pedaços dos bairros com que se manteve relacionamentos quase anímicos nas brincadeiras de infância, nos passeios, nos episódios públicos marcantes. Reencontra movimentos sócio-políticos que mais ou menos se "embelezam" ou se depreciam nas recordações, mas às vezes compareceu em sua verdade viva, temperada pelo sujeito que os testemunhou. Reencontra pessoas não pela metade, por intermédio de papéis sociais estereotipados, mas pelas pessoas que têm nome e voltam através de múltiplos perfis.

* A memória nem consola nem dá forças ilimitadas: a memória dá coragem. Pode deprimir, pela recuperação do que se perdeu no presente, mas pode encorajar, bombeando o "coração" de lembranças organizadoras do pensamento e luta atuais do sujeito. A memória re-

gula posições existenciais e políticas, fazendo buscar no passado seiva e inspiração para as apostas ativas de futuro.

* Finalmente, a memória do trabalho é especialmente significativa. O trabalho costuma comparecer duplamente nas recordações. Assinala a obrigatória inserção do indivíduo no sistema de relações econômicas e sociais: é emprego, fonte salarial, lugar na hierarquia de classes e de status. Ao mesmo tempo, pode assinalar práticas e habilidades mais ou menos complexas, longamente adquiridas e que penetram fundo na vida subjetiva: a avaliação e valorização do trabalho desempenhado alimentam decisivamente a elaboração da dignidade do sujeito, contra a humilhação.

* A memória encontra no enraizamento seu campo propício: no desenraizamento seu quase ou completo impedimento.



Oficina de Memória — Projeto Perus — AITPE — Projetos de História Oral — 1991 — DPH.
 Foto: Cecília Marton / Abril de 91.

Liv.:	Deo Augusto
N.E.:	
Data:	06/01/05
Preço:	
Tombaramento:	5631